



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO ANUAL DO PODER JUDICIÁRIO 2019

31 DE JANEIRO DE 2020

Apresentação	3
Composição	4
Primeiro grau de jurisdição	12
Segundo grau de jurisdição	13
Metas nacionais do Poder Judiciário	23
Contas públicas.....	25
Estrutura organizacional	26
Planejamento estratégico e indicadores	32

Apresentação

O presente relatório, por sua previsão legal, tem por objetivo dar ciência aos integrantes do Tribunal de Justiça, ao Governador do Estado e aos membros da Assembleia Legislativa sobre os trabalhos desenvolvidos e o "estado da administração da Justiça, acompanhado de mapas de estatística judiciária do Estado" (art. 90, XXIII, do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado¹).

Considera-se que o conteúdo reunido, de toda forma, serve a um alcance muito maior, já que sua oportuna divulgação, como legítima ferramenta de transparência do órgão público, proporciona expor tanto a autoridades quanto a todos os cidadãos os atuais meandros da estrutura judiciária, aí englobadas a fixação e a execução de diretrizes, a gestão e a destinação dos recursos e, sobretudo, as providências em prol da eficiência da atividade-fim do Poder Judiciário de Santa Catarina, além de seus resultados no período.

Seja para qual propósito for, desde a última edição procurou-se retratar o órgão de modo simplificado e aglutinado, afastando-se da ideia de reunir e expor contagens individuadas das atividades específicas de cada setor interno. Buscou-se focar nos resultados institucionais como único organismo, em especial no intuito de facilitar a exibição de dados da atividade-fim para torná-los menos densos aos consulentes.

Rodrigo Collaço

¹ Lei 5.624, de 9 de setembro de 1979: "Art. 90. Compete ao Presidente do Tribunal de Justiça: [...] XXIII – instalar, com solenidade, no primeiro dia útil de fevereiro de cada ano, a sessão inaugural dos trabalhos do Tribunal, apresentando relatório circunstanciado dos seus trabalhos e do estado da administração da Justiça, acompanhado de mapas de estatística judiciária do Estado, enviando desse relatório cópias ao Governador e ao Presidente da Assembleia Legislativa".

Composição

Desembargadores

Pedro Manoel Abreu
Cláudio Barreto Dutra
Luiz César Medeiros
Sérgio Roberto Baasch Luz
Antonio do Rêgo Monteiro Rocha
Fernando Carioni
José Antônio Torres Marques
Marcus Tulio Sartorato
Salette Silva Sommariva
Ricardo Orofino da Luz Fontes
Salim Shead dos Santos
Maria do Rocio Luz Santa Ritta
Cid José Goulart Júnior
Jaime Ramos
Alexandre d'Ivanenko
Moacyr de Moraes Lima Filho, *1º Vice-Presidente*
Sérgio Izidoro Heil
José Carlos Carstens Köhler
João Henrique Blasi
Jorge Luiz de Borba
Rejane Andersen
Jânio de Souza Machado
Soraya Nunes Lins
Sônia Maria Schmitz
Henry Goy Petry Junior, *Corregedor-Geral da Justiça*
Raulino Jacó Brüning
Roberto Lucas Pacheco, *Corregedor-Geral do Foro Ex-
trajudicial*
Jairo Fernandes Gonçalves
João Batista Góes Ulysséa
Ronei Danielli
Luiz Fernando Boller
Paulo Roberto Sartorato
Tulio José Moura Pinheiro
Carlos Alberto Civinski
Ronaldo Moritz Martins da Silva
Ricardo José Roesler
Robson Luz Varella
Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço, *Presidente*
Sérgio Antônio Rizelo
Denise Volpato
Getúlio Corrêa
Sebastião César Evangelista
Ernani Guetten de Almeida
Carlos Adilson Silva, *2º Vice-Presidente*
Rogério Mariano do Nascimento
Stanley da Silva Braga
Altamiro de Oliveira, *3º Vice-Presidente*
Saul Steil
Newton Varella Júnior
Rodolfo Cezar Ribeiro da Silva Tridapalli
Odson Cardoso Filho
Gilberto Gomes de Oliveira
José Everaldo Silva
Volnei Celso Tomazini
Paulo Henrique Moritz M. da Silva
Leopoldo Augusto Bruggemann
Júlio César Knoll
Vera Lúcia Ferreira Copetti
Janice Goulart Garcia Ubialli
Cláudia Lambert de Faria
Rubens Schulz
Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto
André Carvalho
Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer
Jorge Luis Costa Beber
Guilherme Nunes Born
Luiz Zanelato
André Luiz Dacol
Jaime Machado Júnior
Hélio do Valle Pereira
Gerson Cherem II
Dinart Francisco Machado
Rosane Portella Wolff
Denise de Souza Luiz Francoski
Artur Jenichen Filho
Wilson Fontana
Luiz Cesar Schweitzer
Luiz Neri Oliveira de Souza
Norival Acácio Engel
Paulo Ricardo Bruschi
Helio David Vieira Figueira dos Santos
Júlio César Machado Ferreira de Melo
José Agenor de Aragão
Sidney Eloy Dalabrida
Ariovaldo Rogério Ribeiro da Silva
Hildemar Meneguzzi de Carvalho
Álvaro Luiz Pereira de Andrade
Luiz Antônio Zanini Fornerolli
Haidée Denise Grin
Selso de Oliveira
Antônio Zoldan da Veiga
Carlos Roberto da Silva
Osmar Nunes Júnior
Luiz Felipe Siegert Schuch
José Maurício Lisboa

Bettina Maria Maresch de Moura,
Juíza de Direito de 2º Grau

DIRIGENTES

Presidência

Desembargador Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço

Primeira Vice-Presidência

Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho

Corregedoria-Geral da Justiça

Desembargador Henry Petry Junior

Segunda Vice-Presidência

Desembargador Carlos Adilson Silva

Terceira Vice-Presidência

Desembargador Altamiro de Oliveira

Corregedoria-Geral do Foro Extrajudicial

Desembargador Roberto Lucas Pacheco

Coordenadoria de Magistrados

Juiz Rafael Germer Condé

Juízes Auxiliares

Juíza Carolina Ranzolin Nerbass, *Presidência – Núcleo Administrativo*

Juiz Laudenir Fernando Petroncini, *Presidência – Núcleo Financeiro*

Juiz Rafael Maas dos Anjos, *Presidência – Núcleo Jurídico*

Juiz Renato Guilherme Gomes Cunha, *1ª Vice-Presidência*

Juízes Corregedores

Juiz Ricardo Rafael dos Santos, *Núcleo I*

Juiz Orlando Luiz Zanon Junior, *Núcleo II*

Juíza Sônia Eunice Odwazny, *Núcleo III*

Juiz Marco Augusto Ghisi Machado, *Núcleo IV*

Juiz Rodrigo Tavares Martins, *Núcleo V*

Gabinete da Presidência

Carlos André Carlini, *Chefe de Gabinete*

Fernanda do Nascimento Müller De Villamartin, *Atividades Específicas*

Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça

Cícero Diogo Meneguzzi Metz

Casa Militar

Tenente-Coronel Emerson Fernandes

Tenente-Coronel Cristiano Medeiros

Diretoria-Geral Administrativa
Rodrigo Granzotto Peron

Diretoria-Geral Judiciária
Maurício Walendowsky Spricigo

Diretoria de Suporte à Jurisdição de Primeiro Grau
Marcos Fernandes Pereira Racciopi

Diretoria de Cadastro e Distribuição Processual
Tatiana Costa Cassio

Diretoria de Documentação e Informações
Ricardo Albino França

Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Everton William Tischer

Diretoria de Gestão de Pessoas
Raphael Jaques de Souza

Diretoria de Infraestrutura
Fernanda de Jesus

Diretoria de Material e Patrimônio
Graziela Cristina Zanon Meyer Juliani

Diretoria de Orçamento e Finanças
Eduardo Cardoso Silva

Diretoria de Recursos e Incidentes
Boris Leonel Kruger

Diretoria de Saúde
José Eduardo Cacesse Shiozawa

Diretoria de Tecnologia da Informação
Rafael Giorgio Ferri

Auditoria Interna
Blévio Nunes, *Coordenador*

COLEGIADOS DE GESTÃO

CONSELHO DE POLÍTICAS JURISDICIONAIS E ADMINISTRATIVAS

Membros

Desembargador Rodrigo Collaço, *Presidente*
Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, *1º Vice-Presidente*
Desembargador Henry Petry Júnior, *Corregedor-Geral da Justiça*
Desembargador Luiz César Medeiros, *Diretor Executivo da Academia Judicial*
Desembargador Carlos Adilson Silva, *2º Vice-Presidente*
Desembargador Altamiro de Oliveira, *3º Vice-Presidente*
Desembargador Roberto Lucas Pacheco, *Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial*
Desembargador Luiz Fernando Boller, *integrante do Grupo de Câmaras de Direito Público*
Desembargadora Denise Volpato, *integrante do Grupo de Câmaras de Direito Civil*
Desembargador Mariano do Nascimento, *integrante do Grupo de Câmaras de Direito Comercial*
Desembargador Júlio César Machado Ferreira de Melo, *integrante da Seção Criminal*
Juíza Maria de Lourdes Simas Porto, *Presidente do Comitê Orçamentário, de Gestão de Pessoas e de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição*
Juíza Cândida Inês Zoellner Brugnoli
Juiz Juliano Serpa
Juiz João Carlos Franco
Juiz Luciano Fernandes da Silva

Secretário

Maurício Walendowsky Sprícigo, *Diretor-Geral Judiciário*

Chefe da Secretaria

Karin Tatiana Gianello Schmitz Arêas

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Membros

Desembargador Rodrigo Collaço, *Presidente*
Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, *1º Vice-Presidente*
Desembargador Henry Petry Júnior, *Corregedor-Geral da Justiça*
Desembargador Carlos Adilson Silva, *2º Vice-Presidente*
Desembargador Altamiro de Oliveira, *3º Vice-Presidente*
Desembargador Roberto Lucas Pacheco, *Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial*
Desembargador Júlio César Knoll
Desembargador Gerson Cherem II
Desembargadora Denise de Souza Luiz Francoski
Desembargador Artur Jenichen Filho
Desembargador Luiz Neri Oliveira de Souza
Desembargador Antônio Zoldan da Veiga

Secretário

Maurício Walendowsky Sprícigo, *Diretor-Geral Judiciário*

Chefe da Secretaria

Karin Tatiana Gianello Schmitz Arêas

CONSELHO DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA (FRJ)

Desembargador Carlos Alberto Civinski, *Presidente*
Procurador de Justiça Fábio Strecker Schmitt, *Subprocurador-Geral para Assuntos Administrativos*
Advogado Juliano Mandelli Moreira
Eduardo Cardoso Silva, *Diretor de Orçamento e Finanças*
Assessora Especial
Neide Regina Ferreira Bento

CONSELHO DO SISTEMA DE DEPÓSITOS JUDICIAIS (SIDEJUD)

Desembargador Ernani Guetten de Almeida, *Presidente*
Desembargador Ronei Danielli
Rodrigo Granzotto Peron, *Diretor-Geral Administrativo*
Eduardo Cardoso Silva, *Diretor de Orçamento e Finanças*
Chefe da Secretaria
Micheline Binotto

CONSELHO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (CSI)

Desembargador Getúlio Corrêa, *Coordenador*
Desembargador Sidney Dalabrida, *Coordenador-Adjunto*
Juíza Carolina Ranzolin Nerbass Fretta, *Juíza Auxiliar da Presidência*
Juiz Marco Augusto Ghisi Machado, *Juiz-Corregedor*
Juiz Gustavo Emelau Marchiori, *indicado da AMC*
Mauro Cândido dos Santos Rodrigues, *Delegado da Polícia Civil*
Tenente-Coronel Emerson Fernandes, *Chefe da Casa Militar*
Juiz Murilo Leirião Consalter, *suplente*

COMISSÃO DO CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA

Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, *Presidente*
Desembargador André Luiz Dacol
Advogado Leonardo Reis de Oliveira
Desembargador Salim Schead dos Santos, *suplente*

COMISSÃO PERMANENTE DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIAS

Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, *Presidente*
Desembargador Saul Steil
Desembargador Newton Varella Júnior
Desembargadora Vera Lúcia Ferreira Copetti
Desembargadora Denise de Souza Luiz Francoski
Juiz Paulo Eduardo Huergo Farah, *indicado da AMC*
Juíza Naiara Brancher, *suplente*

COMISSÃO PERMANENTE DE JURISPRUDÊNCIA

Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, *Presidente*
Desembargador Gerson Cherem II
Juiz Renato Guilherme Gomes Cunha

COMISSÃO PERMANENTE DE REGIMENTO INTERNO

Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, *Presidente*
Desembargador Ronei Danielli
Desembargador Paulo Henrique Moritz Martins da Silva
Desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto
Desembargador Jorge Luis Costa Beber

COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Roger Tang Vidal, *Presidente*
Debora Carolina Piazza
Guilherme e Silva Pamplona
Itacir Carlos Fabris
Kleber Steinbach
Luciana Rodrigues do Canto

**COMITÊ ORÇAMENTÁRIO, DE GESTÃO DE PESSOAS E DE ATENÇÃO
PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO**

Membros

Juíza Maria de Lourdes Simas Porto, *Presidente*
Juiz Marcelo Pons Meirelles
Juíza Fernanda Pereira Nunes
Juíza Anuska Felski da Silva
Juiz Vitoraldo Bridi
Raphael Jaques de Souza
Alessandro Schotten Becker
Alcides Alonso Leonel
Daniel Henrique Sprotte Lima
Helio Lentz Puerta Neto
Fábio Ramos Bittencourt

Suplentes

Juiz Rafael Araújo Rios Schmitt
Juiz Humberto Goulart da Silveira
Juiz Marcelo Trevisan Tambosi
Juiz Érica Lourenço de Lima Ferreira
Déborah Moraes de Jesus
Marlo Lawin
Anderson Luz dos Santos
Sarajane Rodrigues Candeia
Daniele Búrigo Marques Heinzen
Jaime Gaio

COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Desembargador Rodrigo Collaço, *Coordenador*
Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, *1º Vice-Presidente*
Desembargador Henry Goy Petry Junior, *Corregedor-Geral da Justiça*
Juíza Carolina Ranzolin Nerbass Fretta
Juiz Laudenir Fernando Petroncini
Maurício Walendowsky Sprícigo, *Diretor-Geral Judiciário*
Rodrigo Granzotto Peron, *Diretor-Geral Administrativo*
Rafael Giorgio Ferri, *Diretor de Tecnologia da Informação*

COMITÊ GESTOR DOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS (CGDA)

Maurício Walendowsky Sprícigo, *Presidente*
Rodrigo Granzotto Peron, *Diretor-Geral Administrativo*
Ricardo Albino França, *Diretor de Documentação e Informações*
Rafael Giorgio Ferri, *Diretor de Tecnologia da Informação*
Marcos Rodolfo da Silva, *Chefe da Divisão de Arquivo*
Adelson André Brüggemann, *Chefe da Divisão de Documentação e Memória do Judiciário*

COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE (CEIJ)

Desembargadora Rosane Portella Wolff, *Coordenadora*
Juíza Carolina Ranzolin Nerbass Fretta, *Cooperadora Institucional*
Juiz Rodrigo Tavares Martins, *Cooperador Institucional*
Juiz Giancarlo Bremer Nones, *Cooperador Técnico*

Conselho Consultivo

Juíza Ana Cristina Borba Alves
Juíza Brigitte Remor de Souza May
Juiz Cláudio Barbosa Fontes Filho
Juíza Cristina Paul Cunha Bogo
Juíza Daniela Fernandes Dias Morelli
Juíza Elaine Cristina de Souza Freitas
Juiz Evandro Volmar Rizzo
Juíza Fabrícia Alcantara Mondin
Juiz Fernando Machado Carboni
Juiz Giancarlo Bremer Nones
Juíza Joana Ribeiro
Juíza Karina Müller
Juíza Liana Bardini Alves
Juíza Liliane Midori Yshiba Michels
Juiz Luciano Fernandes da Silva
Juiz Márcio Rene Rocha
Juiz Marcos d'Ávila Scherer
Juíza Maria de Lourdes Simas Porto
Juiz Maycon Rangel Favareto
Juíza Nayana Scherer
Juiz Raphael Mendes Barbosa
Juiz Ricardo Alexandre Fiuza
Juíza Sabrina Menegatti Pítsica
Juíza Simone Faria Locks
Juíza Surami Juliana dos Santos Heerdt

Secretária

Lilian da Silva Domingues

COORDENADORIA DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR (CEVID)

Desembargadora Salete Silva Sommariva, *Coordenadora*
Juíza Carolina Ranzolin Nerbass Fretta, *Cooperadora Institucional*
Juiz Rodrigo Tavares Martins, *Cooperador Institucional*

Secretária

Michelle de Souza Gomes Hugill

COORDENADORIA DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS E NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS (COJEPMEC)

Desembargadora Janice Goulart Garcia Ubiali, *Coordenadora*

Chefe da Secretaria

Ilex Rosália Gonçalves

COORDENADORIA ESTADUAL DO PROGRAMA LAR LEGAL (CEPROLAR)

Desembargador Selso de Oliveira, *Coordenador*

Cooperadores

Juiz Fernando Seara Hickel

Juíza Iolanda Volkmann

Juíza Liana Bardini Alves

GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL (GMF)

Desembargador Leopoldo Augusto Brüggemann, *Supervisor*

Juíza Carolina Ranzolin Nerbass Fretta, *Cooperadora Institucional*

Juiz Rodrigo Tavares Martins, *Cooperador Institucional*

Juiz Frederico Andrade Siegel, *Cooperador Técnico*

Secretária

Mariane Stähelin da Silva

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Coordenador

Desembargador Ronei Danielli

Secretária

Tathiana Nogueira Mendes Carlin

Assessores de Imprensa

Ângelo Lima Medeiros

Fabrcio Severino

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES (NUGEP)

Comissão Gestora

Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, *1º Vice-Presidente*

Desembargador Carlos Adilson Silva, *2º Vice-Presidente*

Desembargador Altamiro de Oliveira, *3º Vice-Presidente*

Coordenadora

Samira Regina Malheiros

NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA INSTITUCIONAL (NIS)

Coordenador

Desembargador Sidney Eloy Dalabrida

Divisão de Inteligência

Delegado PC Mauro Cândido dos Santos Rodrigues

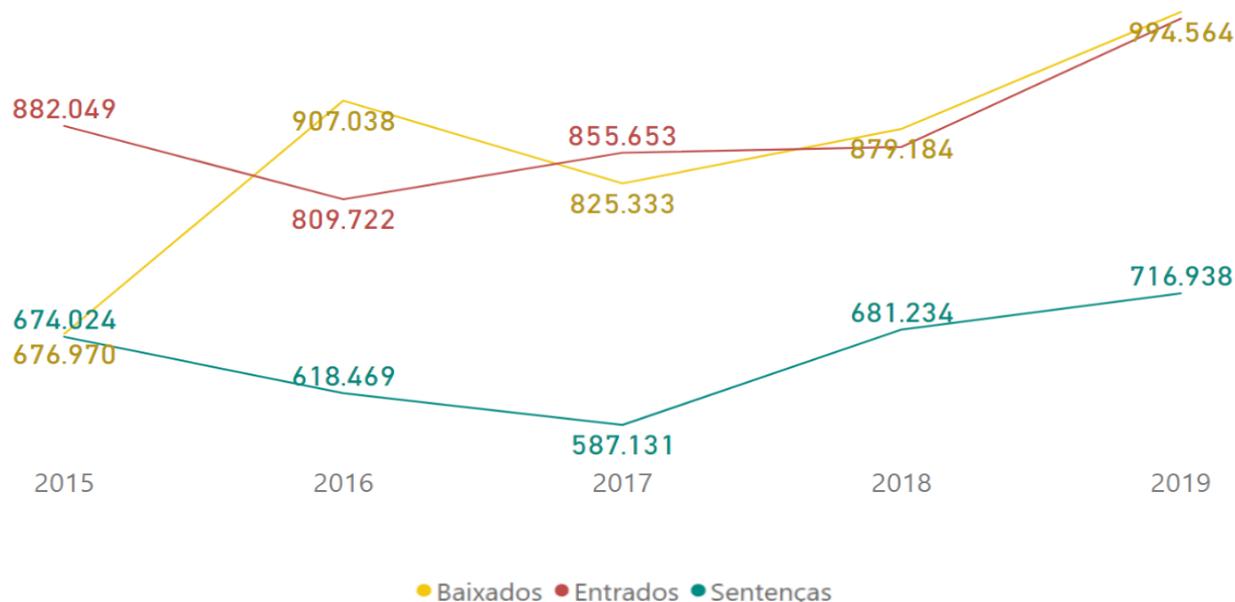
Divisão de Contraineligência

Tenente-Coronel Emerson Fernandes

Primeiro grau de jurisdição

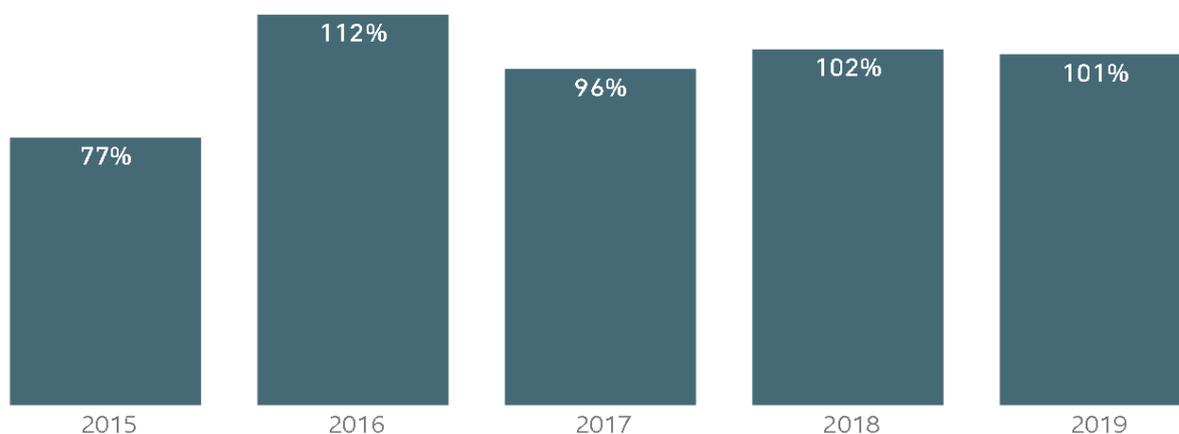
1 Movimentação processual

A série histórica a seguir destaca o incremento no número de processos sentenciados e baixados (arquivados definitivamente) nos dois últimos anos, ao passo que a entrada de processos apresenta um comportamento mais linear ao longo dos anos, com um leve acréscimo a partir de 2016. Em 2019, os números denotam um maior desempenho na quantidade de processos sentenciados e baixados:



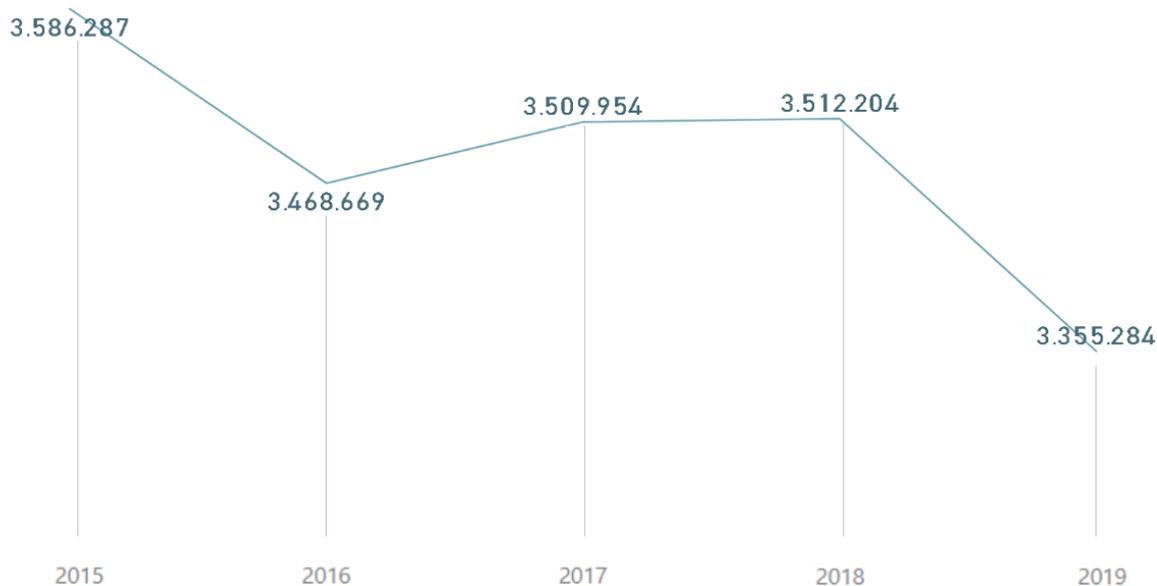
2 Índice de Atendimento à Demanda

O Índice de Atendimento à Demanda, que representa a razão entre o número de processos baixados pelos casos novos, teve tendência crescente. Nos últimos dois anos identificou-se percentual maior do que 100%, o que significa dizer que o número de processos baixados a cada ano excedeu o número de novos processos:



3 Acervo

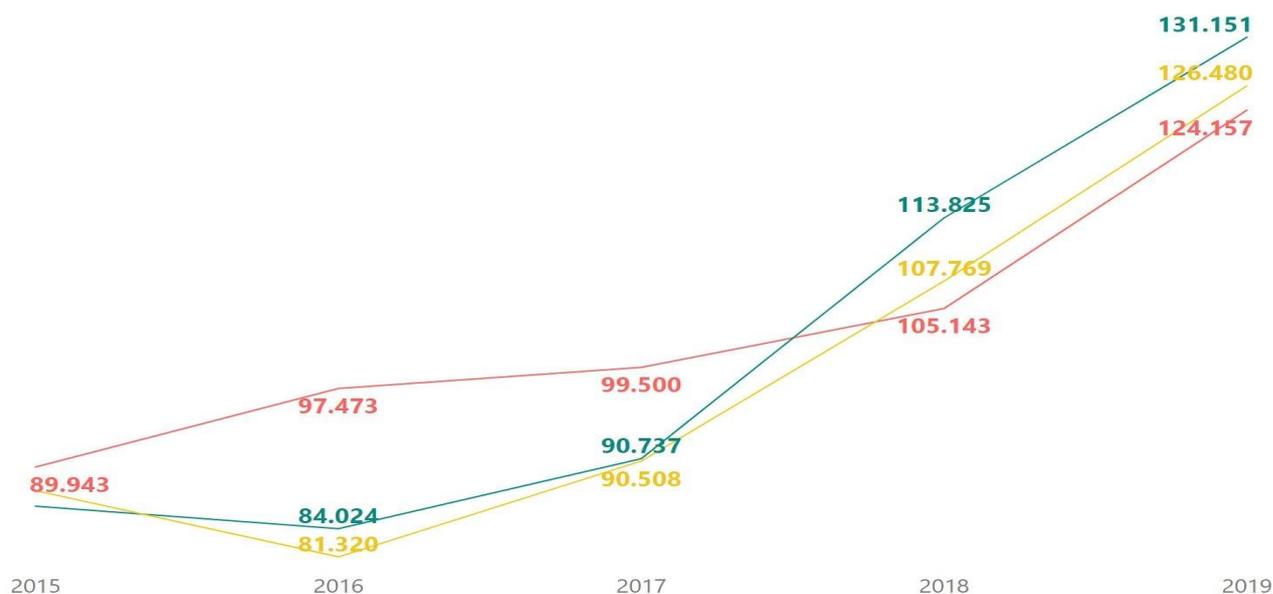
Percebe-se uma tendência de diminuição do acervo, decorrente, sobretudo, do aumento no número de processos baixados, dado que a demanda mantém-se relativamente constante:



Segundo grau de jurisdição

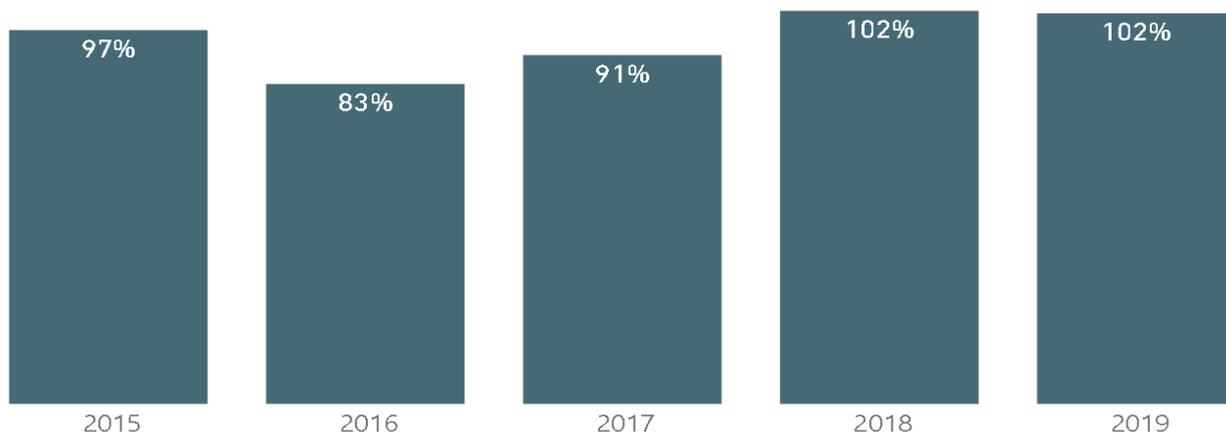
1 Movimentação Processual

Observa-se um aumento substancial nos indicadores ao longo dos últimos anos, em especial na produtividade (julgados e baixados), com um incremento maior que o dobro no intervalo analisado. Destaca-se também um leve acréscimo na entrada de novos processos, com aumento mais acentuado em 2019 (● Baixados ● Entrados ● Julgados):



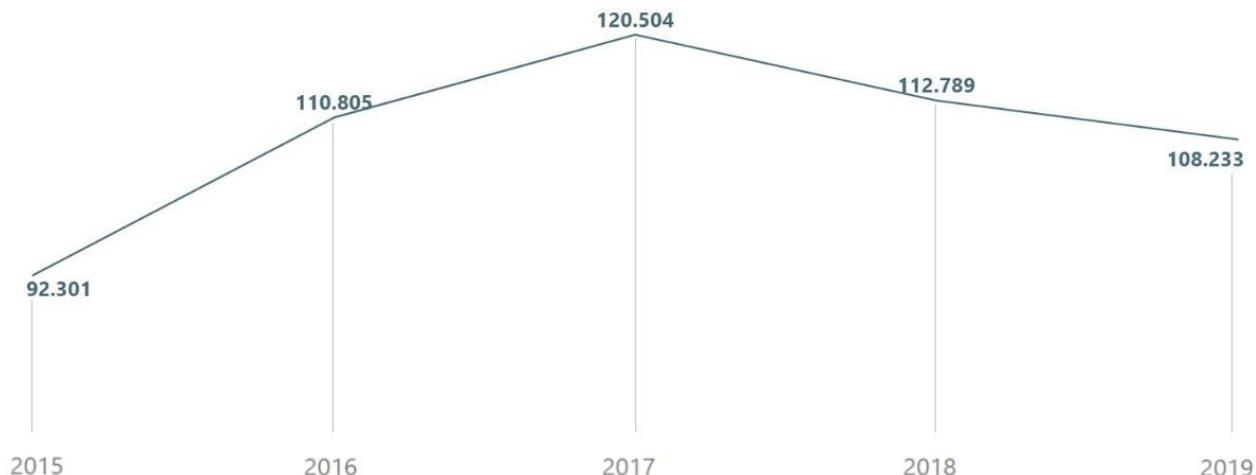
2 Índice de Atendimento à Demanda

A exemplo do que se observou no primeiro grau de jurisdição, o Índice de Atendimento à Demanda, que representa a razão do número de processos baixados pelos casos novos, apresentou uma tendência de crescimento. Em 2018 observou-se, pela primeira vez na série histórica, um percentual maior do que 100%, pois desde então houve mais processos baixados do que entrados:

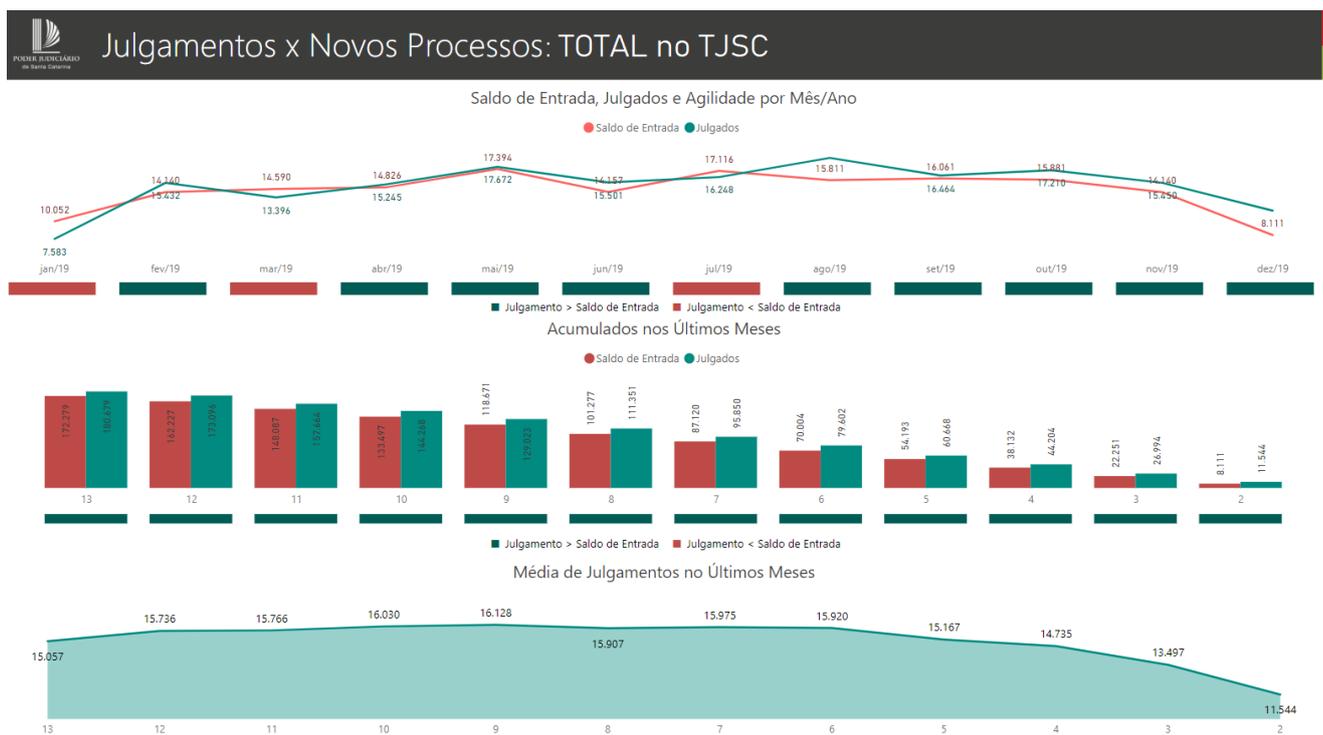


3 Acervo

Nos últimos anos a tendência de queda do acervo refletiu o aumento de produção do segundo grau de jurisdição e a melhoria do número de processos baixados:



Em números brutos, do mesmo modo, constatou-se que, seguindo a tendência de 2018, o número de julgamentos excedeu a entrada de novos processos em 2019:



O sistema *eproc*, implantado na segunda instância paulatinamente em baixa escala e antes de disponibilizada a ferramenta de migração, passou a prover o Tribunal de Justiça de *novos* processos e *sem* exclusividade. Logo, seus indicadores de 2019 ainda se apresentaram prematuros para avaliação de desempenho dos órgãos julgadores:

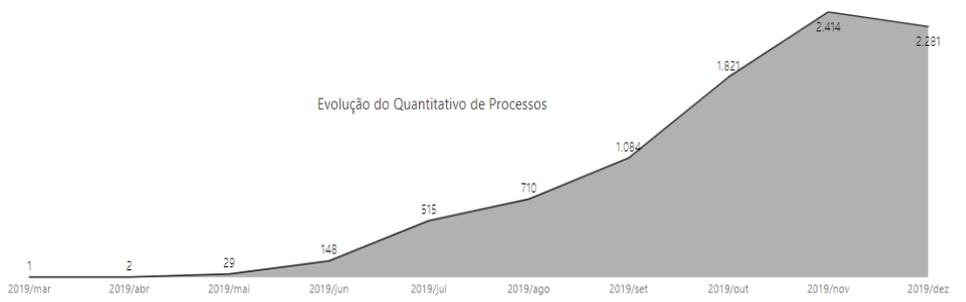
EPROC 2º GRAU – de 15/mar a 31/dez/2019

Data de Adução: 15/03/2019 a 31/12/2019
 Situação do Processo: Todos
 Agrupamento: Todos
 Órgão: Todos
 Magistrado: Todos
 Classe: Todos
 Assunto: Todos

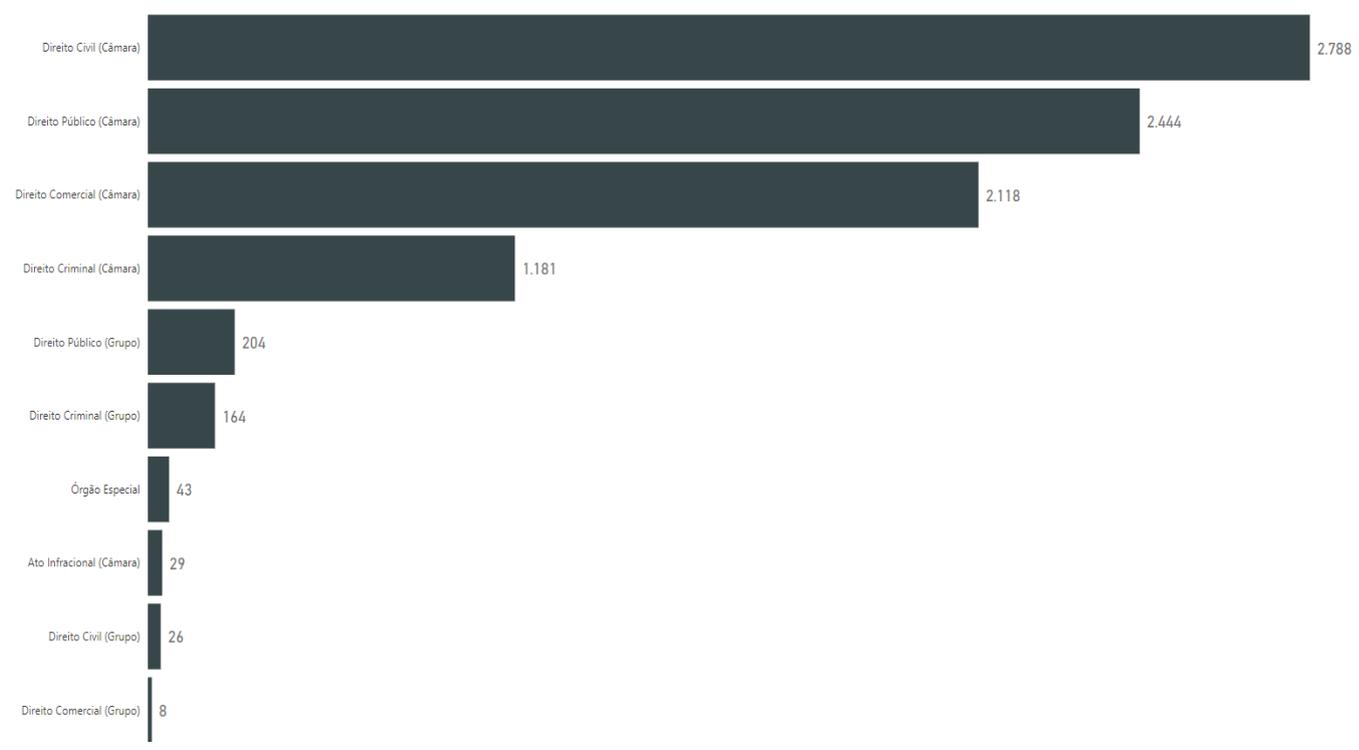
9.005
Quantidade de Processos

7.339
Processos em Andamento

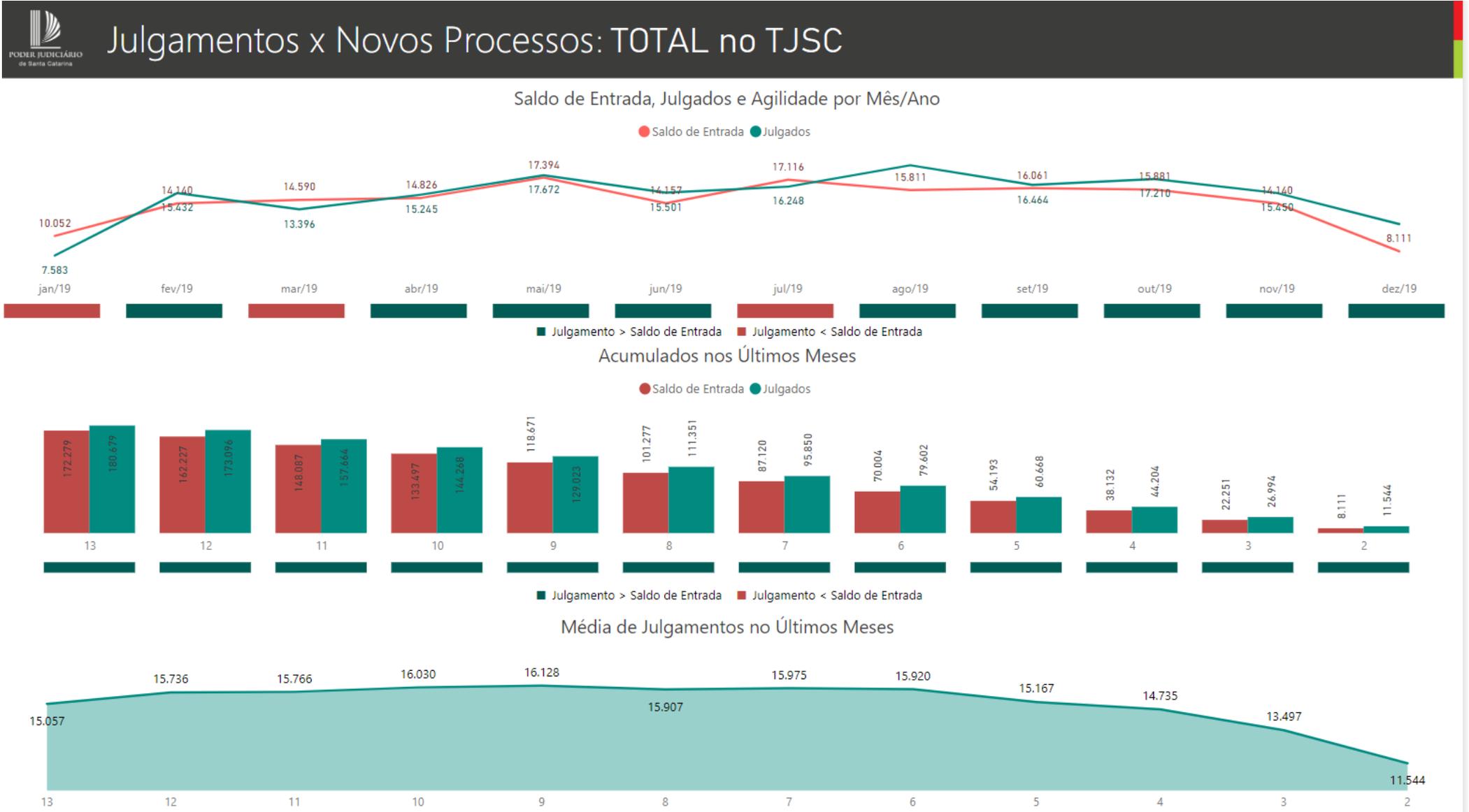
1.666
Processos Baixados



EPROC 2º GRAU – quantitativo por órgão do TJSC em dez/2019



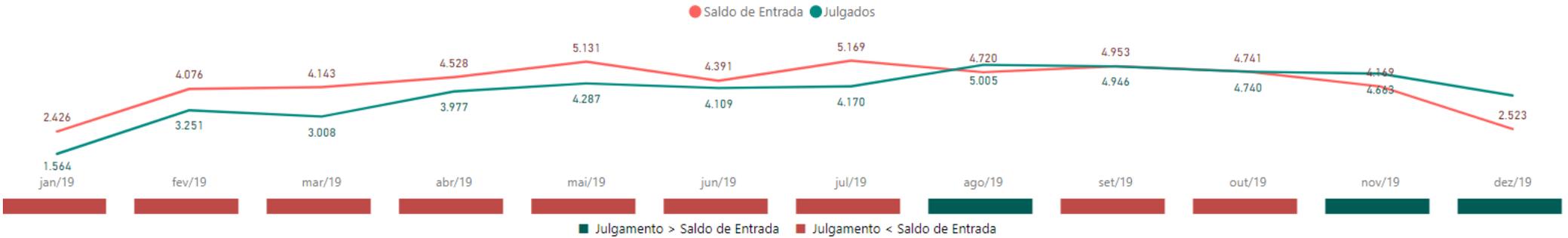
4 Produtividade mês a mês: Tribunal de Justiça



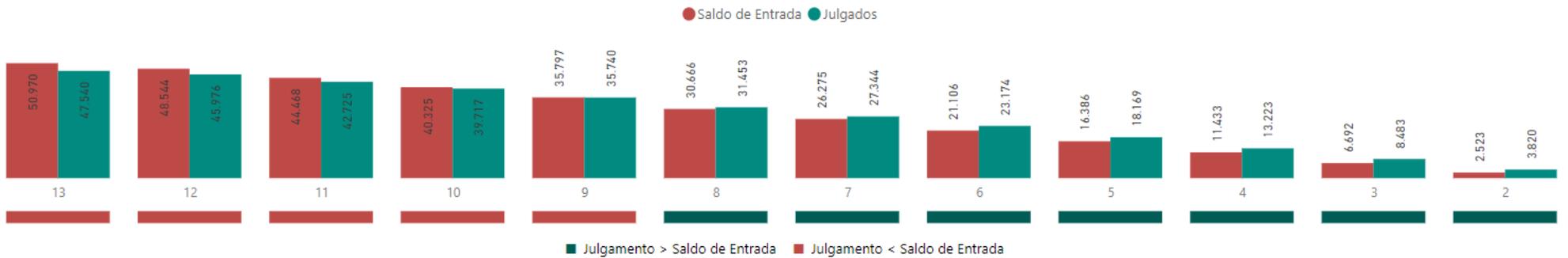
5 Produtividade mês a mês: agrupamento CIVIL

PODER JUDICIÁRIO de Santa Catarina **Julgamentos x Novos Processos: AGRUPAMENTO CIVIL**

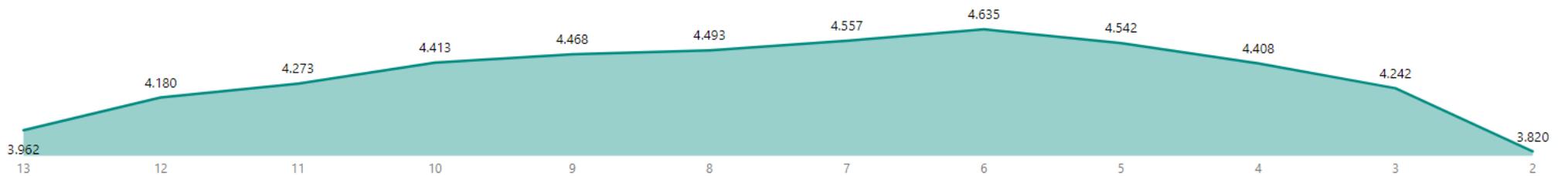
Saldo de Entrada, Julgados e Agilidade por Mês/Ano



Acumulados nos Últimos Meses



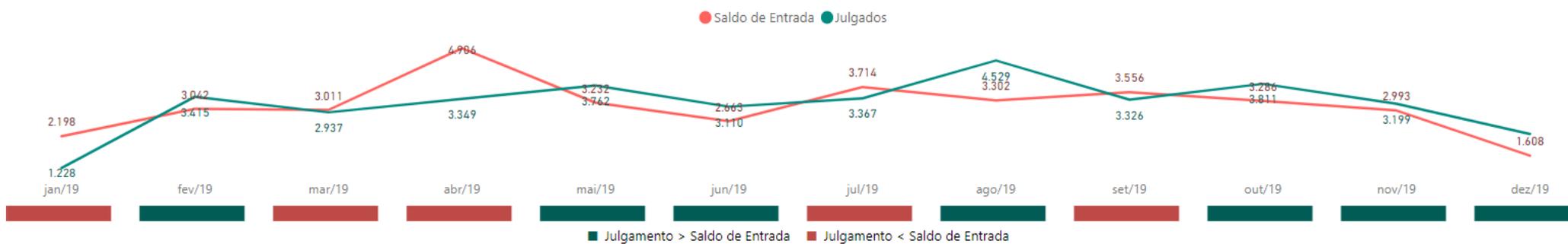
Média de Julgamentos no Últimos Meses



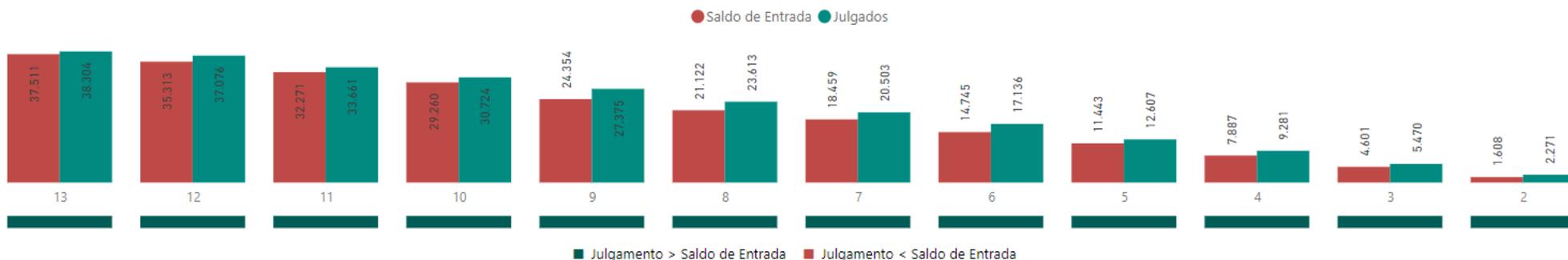
6 Produtividade mês a mês: agrupamento COMERCIAL

Julgamentos x Novos Processos: AGRUPAMENTO COMERCIAL

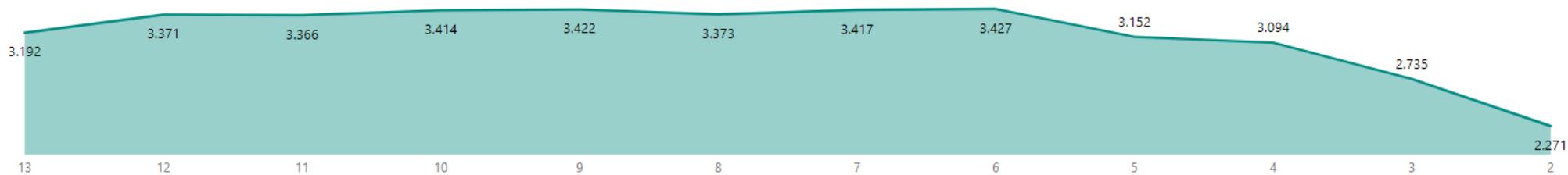
Saldo de Entrada, Julgados e Agilidade por Mês/Ano



Acumulados nos Últimos Meses



Média de Julgamentos no Últimos Meses

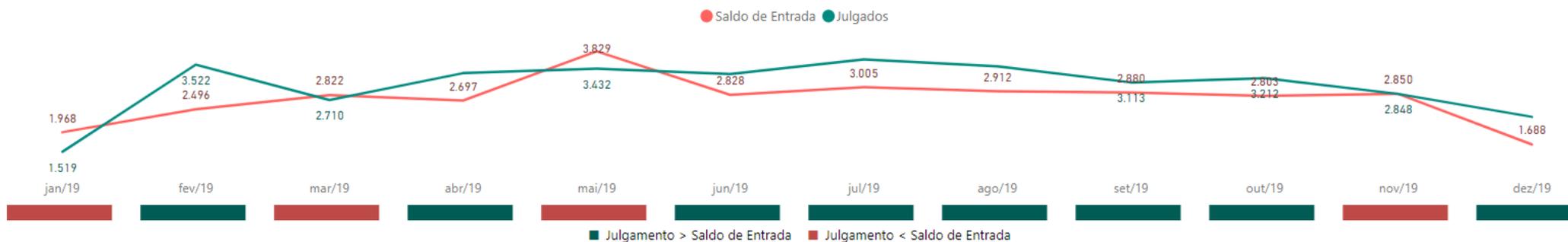


7 Produtividade mês a mês: agrupamento PÚBLICO

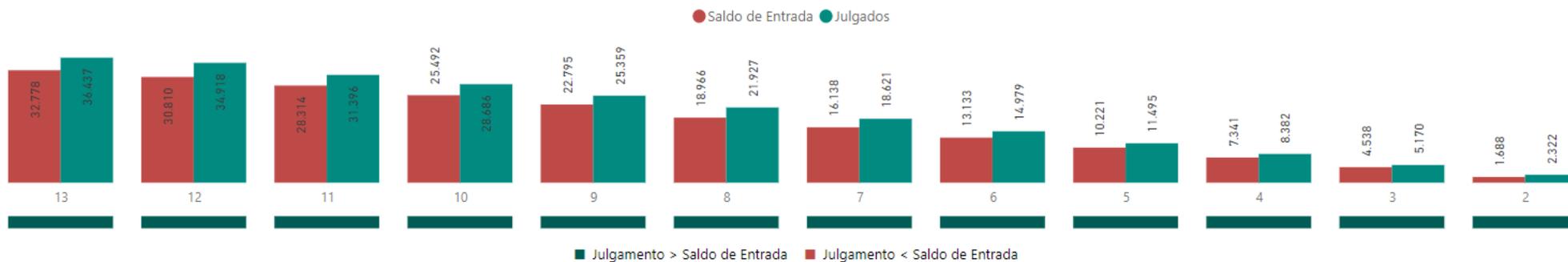


Julgamentos x Novos Processos: AGRUPAMENTO PÚBLICO

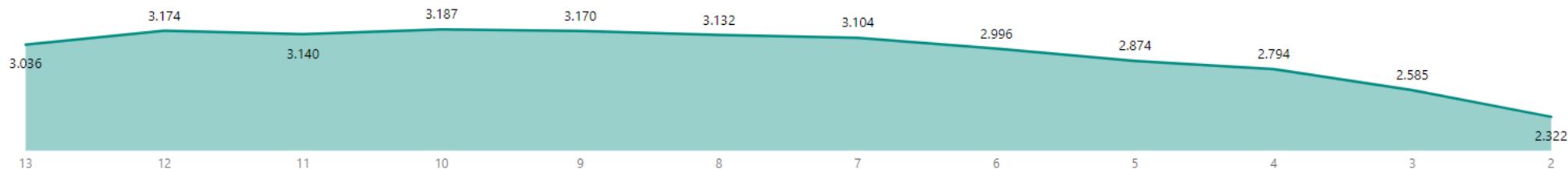
Saldo de Entrada, Julgados e Agilidade por Mês/Ano



Acumulados nos Últimos Meses



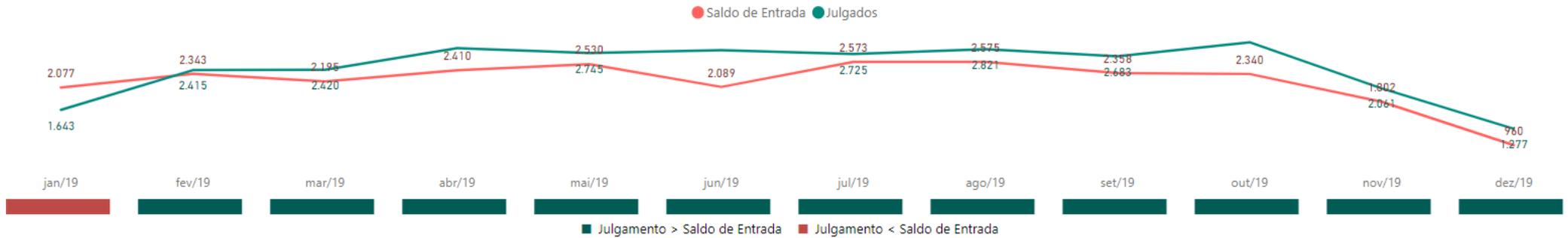
Média de Julgamentos no Últimos Meses



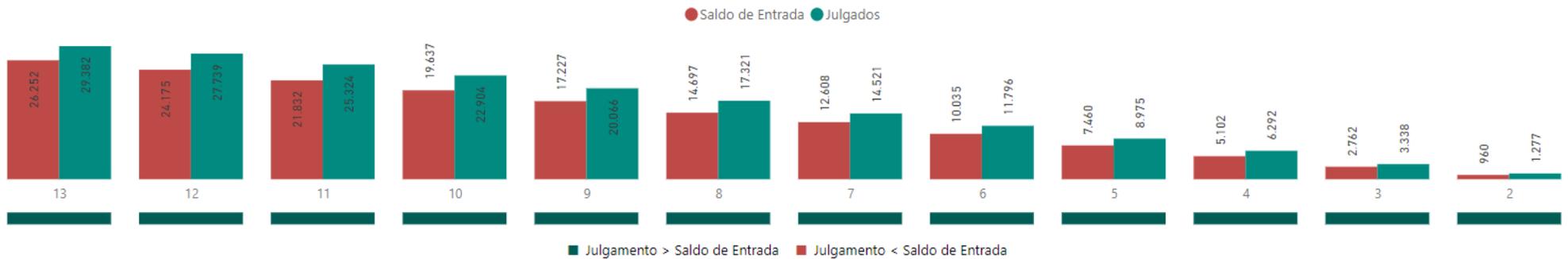
8 Produtividade mês a mês: agrupamento CRIMINAL

PODER JUDICIÁRIO de Santa Catarina
Julgamentos x Novos Processos: AGRUPAMENTO CRIMINAL

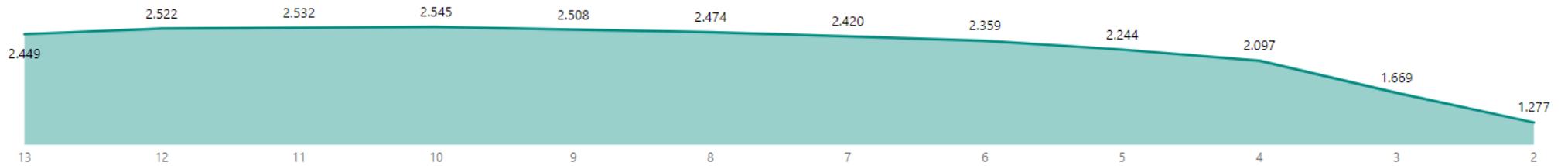
Saldo de Entrada, Julgados e Agilidade por Mês/Ano



Acumulados nos Últimos Meses



Média de Julgamentos no Últimos Meses

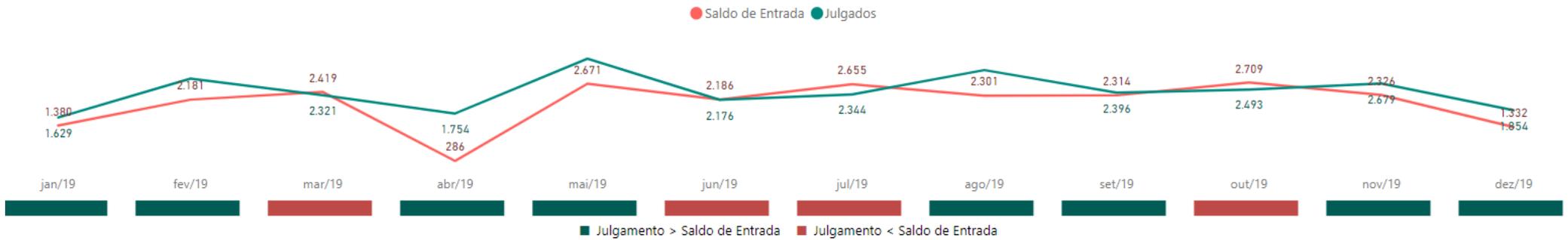


9 Produtividade mês a mês: outras competências

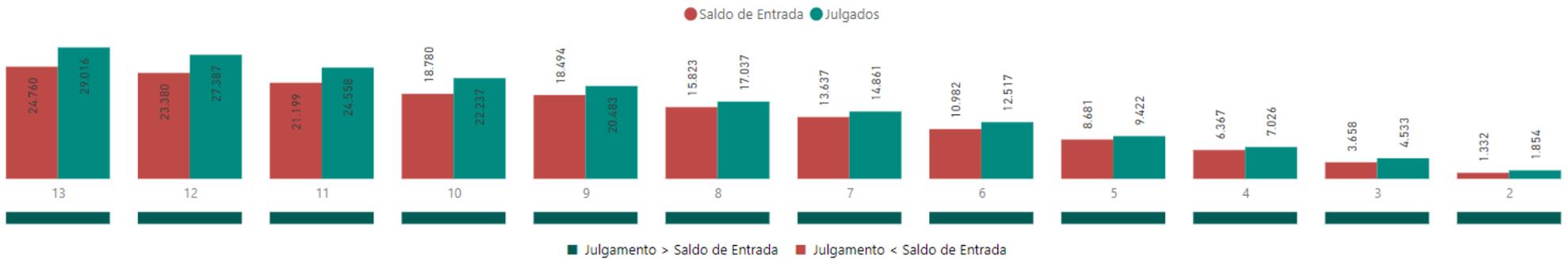


Julgamentos x Novos Processos: outras competências

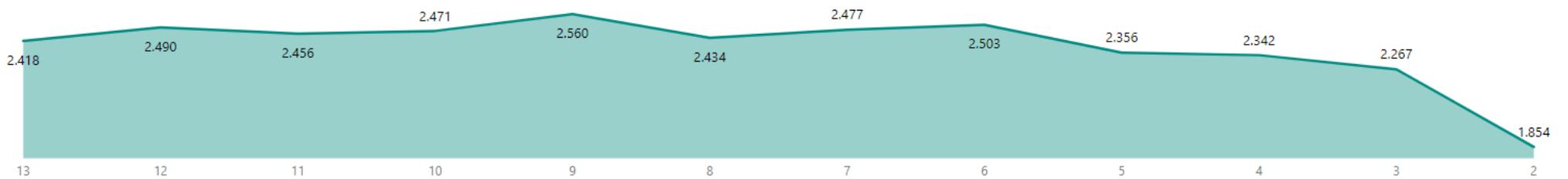
Saldo de Entrada, Julgados e Agilidade por Mês/Ano



Acumulados nos Últimos Meses



Média de Julgamentos no Últimos Meses

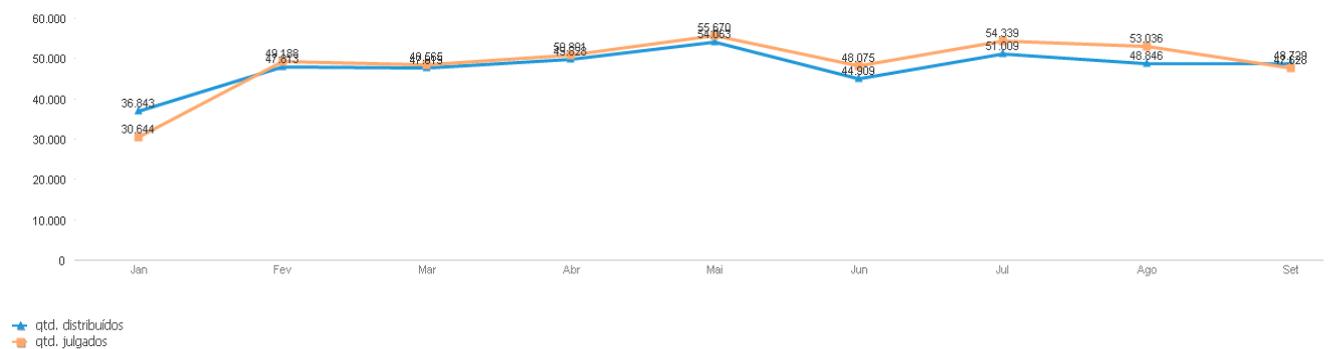


Metas nacionais do Poder Judiciário

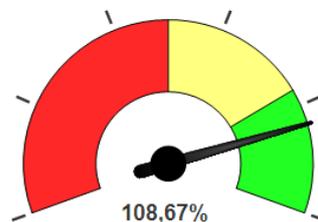
Meta 1 – Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

META 1 - Total de processos distribuídos x Total de processos julgados por mês de referência



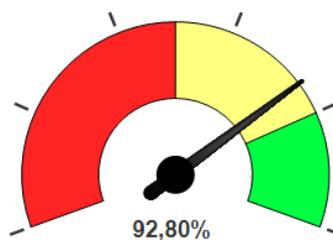
Meta 1 - Percentual de cumprimento



Meta 2 – Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2015 no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2016 no 2º grau, e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

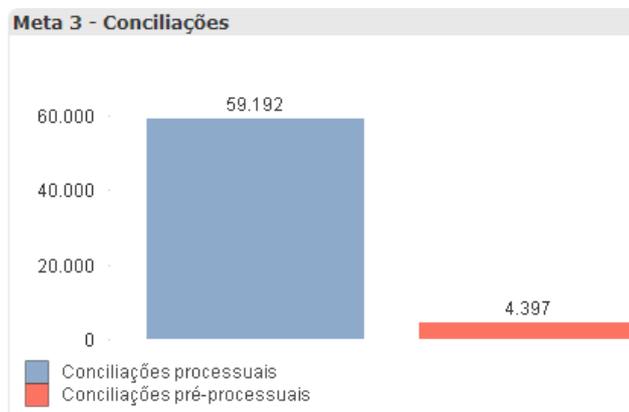
Meta 2 - Percentual de cumprimento



Meta 3 – Estimular a conciliação

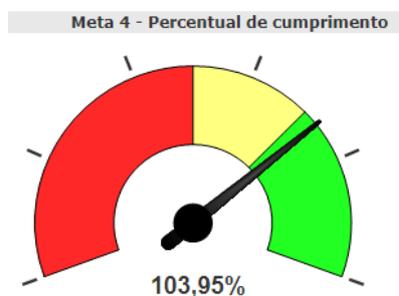
Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Juiz em Números em 2 pontos percentuais

em relação ao ano anterior



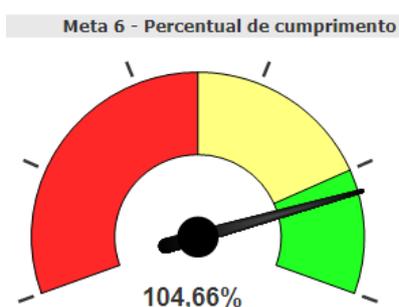
Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

Identificar e julgar até 31/12/2019 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2016, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.



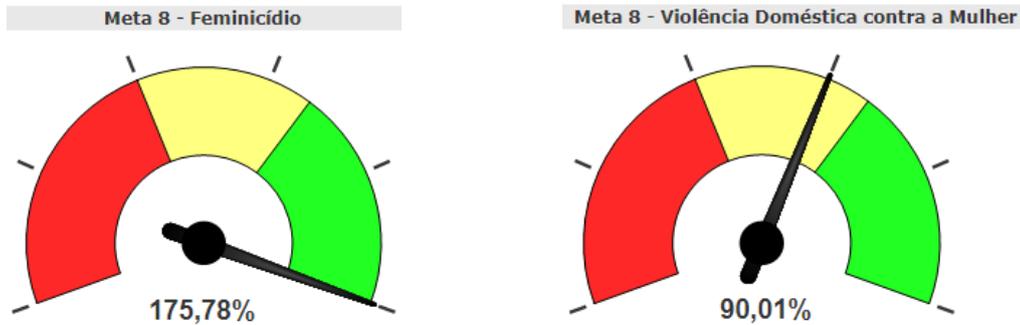
Meta 6 – Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2019, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau, e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 2º grau.



Meta 8 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres

Identificar e julgar, até 31/12/2019, 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados ao feminicídio distribuídos até 31/12/2018 e 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2018.



Contas públicas

Ao longo de 2019 o TJSC manteve medidas de austeridade para preservar o Poder Judiciário catarinense com as contas em dia, seus compromissos honrados e dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tal como no exercício de 2018 (5,36% da RCL), com o acompanhamento dos indicadores e o controle das despesas aliados ao crescimento da receita o PJSC manteve o índice de gasto com pessoal abaixo tanto do limite prudencial quanto do limite de alerta da Lei de Responsabilidade Fiscal: **5,37% da receita corrente líquida.**

Estrutura organizacional

Acerca da estrutura organizacional de pessoas do PJSC, o quadro de movimentação na carreira da magistratura catarinense indicava os seguintes quantitativos em mapeamento realizado em 20/11/2019:

MAGISTRADOS ATIVOS	QUANTIDADE
Desembargador	94
Juiz de Direito de Segundo Grau	1
Juiz de Direito (211 + 123 + 55)	389
Juiz Substituto (Vitalício e Não Vitalício)	37
Total	521

A estrutura do Poder Judiciário catarinense, quanto à divisão judiciária de primeiro grau, está condensada no quadro seguinte:

CARGO/UNIDADE	PENDENTE DE INSTALAÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO	INSTALADO E DISTRIBUÍDO
Comarcas	0	111
Varas	0	376
Juizados Especiais	0	33
Turmas de Recursos	0	8
Turma de Uniformização	0	1

Os quadros seguintes registram a lotação dos servidores efetivos e comissionados, funções gratificadas, estagiários, voluntários, terceirizados, inativos, militares e à disposição, em 18/11/2019:

CARGOS EFETIVOS	Providos	Vagos	Total
	Primeiro Grau de Jurisdição	4.351	418
Segundo Grau de Jurisdição			
- Presidência + órgãos vinc. + CGJ + Diretorias	1.143	57	1.200
- Gabinete Desembargadores / Juízes de Direito SG	221	0	221
TOTAL	5.715	475	6.190

CARGOS COMISSIONADOS	Providos	Vagos	Total
	Primeiro Grau de Jurisdição	780	39
Segundo Grau de Jurisdição			
- Presidência / Diretorias	44	3	47
- Gabinete Desembargadores / Juízes de Direito SG	454	10	464
TOTAL	1.278	52	1.330

ESTAGIÁRIOS	Providos	Vagos	Total
	Primeiro Grau de Jurisdição	2.608	331
Segundo Grau de Jurisdição			
- Presidência / Diretorias	214	60	274
- Gabinete Desembargadores / Juízes de Direito SG	0	65	65
TOTAL	2.822	456	3.278

VOLUNTÁRIOS	Providos	Vagos	Total
	Primeiro Grau de Jurisdição	303	1.773
Segundo Grau de Jurisdição			
- Gabinete da Presidência / Diretorias	1	49	50
- Gabinete Desembargadores / Juízes de Direito SG	69	121	190
TOTAL	373	1.943	2.316

TERCEIRIZADOS	Total
	Primeiro Grau de Jurisdição
Segundo Grau de Jurisdição	646
TOTAL	2.229

Alguns fatores de destaque

Regimento Interno do Tribunal de Justiça

O antigo Regimento Interno, aprovado em 1982, apresentava-se defasado e com comandos enleados depois das diversas modificações por seus 172 atos regimentais. Passadas algumas tentativas frustradas de criação de novo diploma por meio de projetos de 2007, 2011, 2013 e 2015, os membros da Comissão Permanente de Regimento Interno, ao fim de 2018, lograram aprovar o texto do novo RITJSC no Órgão Especial, o qual entrou em vigor em 1º de fevereiro de 2019.

Regimento de Custas - Taxa de Serviços Judiciais

Com a entrada em vigor da Lei estadual 17.654/2018, de iniciativa do Poder Judiciário de Santa Catarina e regulamentada pela Resolução 3/2019 do Conselho da Magistratura, o sistema de cobrança e pagamento de custas tornou-se mais simples, justo e efetivo.

Projeto *eproc*

Desde 2018 o Tribunal de Justiça adotou o propósito de atualizar o sistema de gerenciamento dos processos judiciais nas duas instâncias. A escolha do *eproc* deveu-se a suas características, já que, além de gratuito, é leve, funcional, mais racional e estável, tanto que foi o sistema mais bem avaliado do país entre os operadores do Direito. A implantação, finalizada em todas as competências do Estado nas duas instâncias em 21 de outubro de 2019, ocorreu em tempo recorde e sem maiores percalços.

Projeto SEI

O SEI, sistema de gestão de documentos e processos administrativos eletrônicos, entrou em amplo e efetivo funcionamento no Poder Judiciário de Santa Catarina no primeiro semestre de 2019. As vantagens de sua utilização na instituição foram facilmente percebidas. Em razão dele criou-se normativa interna para enjeitar o trâmite de processos físicos, e os procedimentos têm se tornado mais ágeis, seguros e transparentes.

Enterprise Resource Planning (ERP)

Retomado o projeto para utilização da solução de ERP (*Enterprise Resource Planning*) – arquitetura de software destinada a facilitar sobremaneira todo o fluxo de informações dentro da instituição – ao longo de 2018, no ano de 2019 o Tribunal de Justiça lançou edital de licitação e firmou contrato com a empresa vencedora. Espera-se que a solução esteja em pleno funcionamento para os próximos anos.

Sistema AJG

Ante a dificuldade perene de nomeação impessoal e remuneração de profissionais para atuar em processos judiciais com partes beneficiárias da assistência judiciária, o Poder Judiciário de Santa Catarina adotou o sistema AJG, por meio do qual advogados, peritos, intérpretes e outros profissionais interessados são cadastrados como aptos a atuar em determinados tipos de atividade. Por outro lado, o TJSC passou a gerir um fundo destinado a garantir o imediato pagamento da remuneração.

Reestruturação das Turmas de Recursos

Mediante estudos de produtividade, identificou-se que a estrutura recursal do sistema dos juizados especiais em Santa Catarina apresentava rendimento abaixo do esperado a despeito da qualidade dos trinta e dois magistrados integrantes das então oito turmas recursais. Concebeu-se que, para além de questões meramente estruturais, a cumulação com outras atividades jurisdicionais em varas ou juizados e a rotatividade dos membros provocavam acúmulo de acervos. Nesse cenário, com a sanção de lei própria de iniciativa do Judiciário, as novas 1ª, 2ª e 3ª Turmas Recursais passaram a funcionar com estrutura própria e dedicação exclusiva de doze magistrados com experiência na carreira.

Videoconferências

Diante da constante necessidade de se melhorar a qualidade das audiências de instrução e julgamento, especialmente em prol do princípio da identidade física do juiz e de forma a se garantir uma produção da prova oral imediata e concentrada, o Poder Judiciário de Santa Catarina adotou solução de videoconferência, tecnologia esta segura, estável e que paulatinamente tem substituído deprecatas e outros atos remotos.

Diretoria de Suporte à Jurisdição de Primeiro Grau

A Diretoria de Suporte à Jurisdição de Primeiro Grau foi instituída com o objetivo de prover o Tribunal de Justiça com uma estrutura adequada a dar auxílio às unidades de primeira instância no que toca à atividade-fim, englobando os cartórios remotos e o suporte aos sistemas judiciais.

Secretaria de Processamento de Ações Penais Originárias

O tribunal, pela natureza de suas funções jurisdicionais ordinárias, não é órgão estruturado ao trâmite originário de processos e, como tal, em Santa Catarina foram identificadas algumas dificuldades na execução de atos nas excepcionais causas que envolviam prerrogativa de foro, quer no cumprimento ou na publicação de atos diversos. A criação de um setor próprio e especializado objetivou concentrar as atividades cartorárias e de diligências dessas ações penais, cautelares e outros processos de competência originária.

Novas unidades judiciais

Ao longo de 2019 foram criadas as unidades do Juizado Especial Cível e Criminal e de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca de Balneário Piçarras (Resolução TJ n. 10, de 7 de agosto de 2019) e do Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca de Itajaí (Resolução TJ n. 11, de 7 de agosto de 2019), além da Unidade Regional de Execuções Fiscais Municipais e Estaduais, instituída em regime de exceção na comarca da Capital (Resolução TJ n. 12, de 21 de agosto de 2019). As 1ª, 2ª e 3ª Turmas Recursais, conquanto criadas pela Resolução TJ n. 13, de 21 de agosto de 2019, só foram efetivamente instaladas no exercício seguinte (27 de janeiro de 2020).

Planejamento estratégico e indicadores

Planejamento estratégico

O Planejamento Estratégico ora vigente no Poder Judiciário de Santa Catarina corresponde ao período 2015 a 2020 e está representado no mapa a seguir. Foi formalizado pela Resolução TJ n. 28/2014 e alinhado ao Planejamento Estratégico Nacional, conforme estabelece a Resolução CNJ n. 198/2014.



Para o ano de 2020 está prevista a realização da revisão do Planejamento Estratégico para o período 2021-2026. O Conselho Nacional de Justiça coordena o processo de formulação do Planejamento Estratégico para o Poder Judiciário em nível nacional, propondo inicialmente a Estratégia Nacional do Poder Judiciário. Seu delineamento teve início no XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, evento no qual o CNJ anunciou os seguintes macrodesafios:

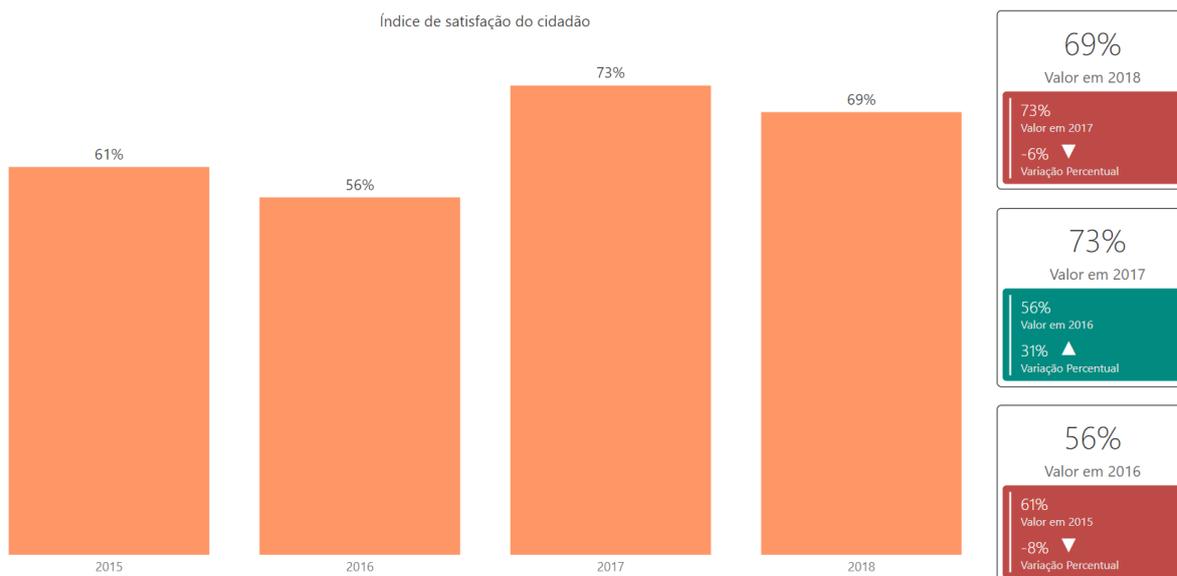


Indicadores estratégicos do PJSC

1 Perspectiva Cidadãos – CI

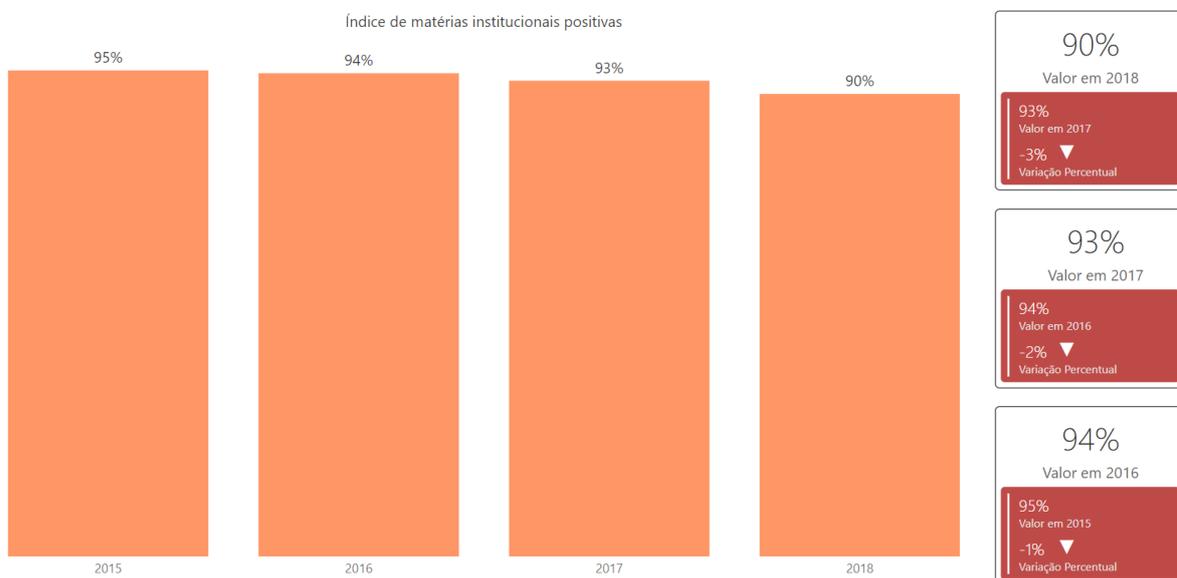
Objetivo Estratégico	CI 1 – GARANTIR A HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E BUSCAR SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS
----------------------	---

Indicador CI 1.1 – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CIDADÃO



Objetivo Estratégico	CI 2 – APRIMORAR A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
----------------------	--

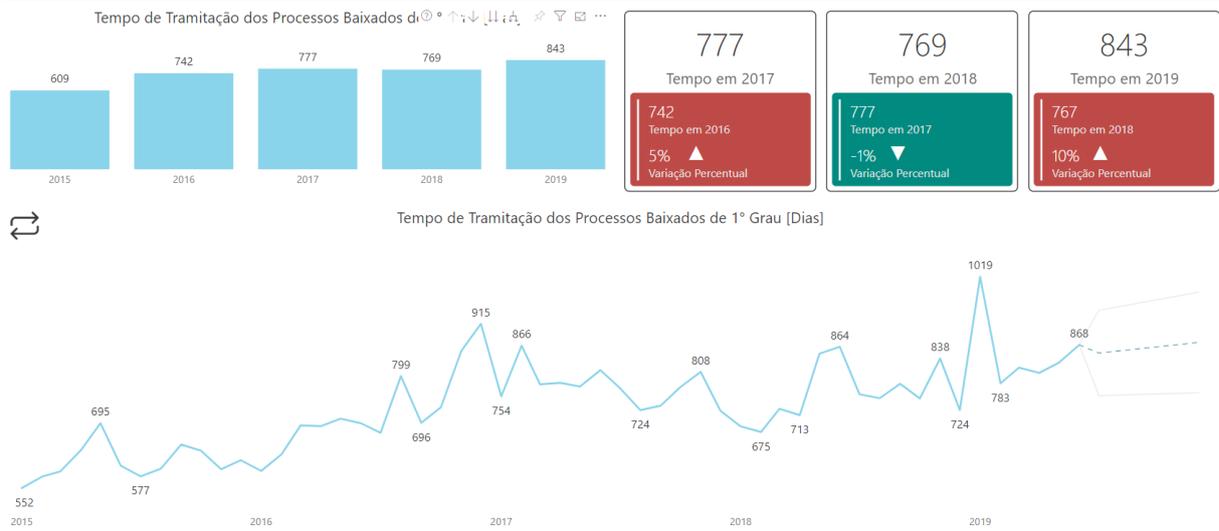
Indicador CI 2.1 – ÍNDICE DE MATÉRIAS INSTITUCIONAIS POSITIVAS



2 Perspectiva Serviços – SE

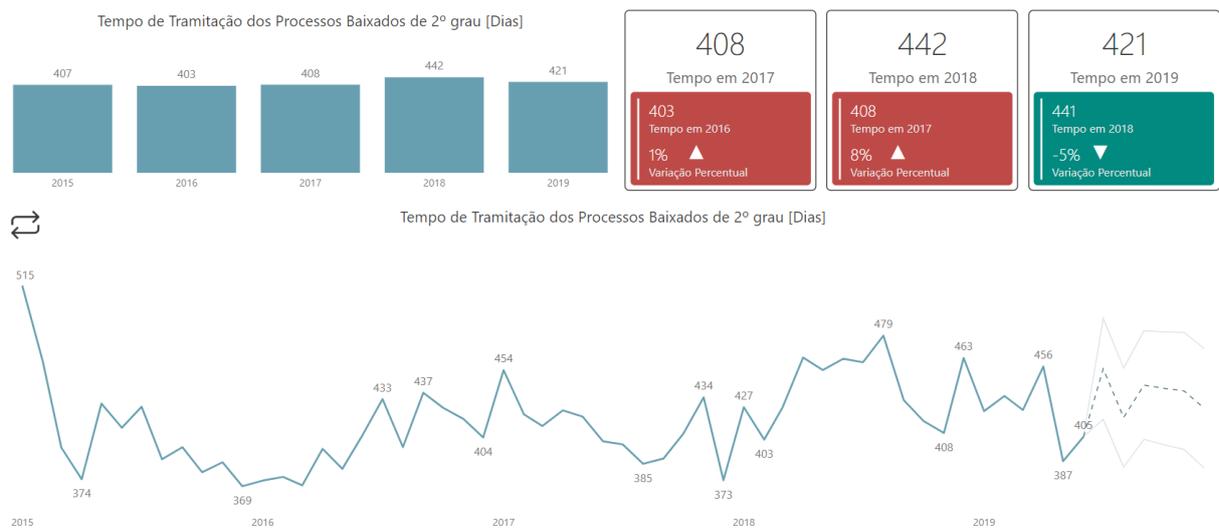
Objetivo Estratégico SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA

Indicador SE 1.1 – TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS BAIXADOS DE 1º GRAU



Objetivo Estratégico SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA

Indicador SE 1.2 – TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS BAIXADOS DE 2º GRAU

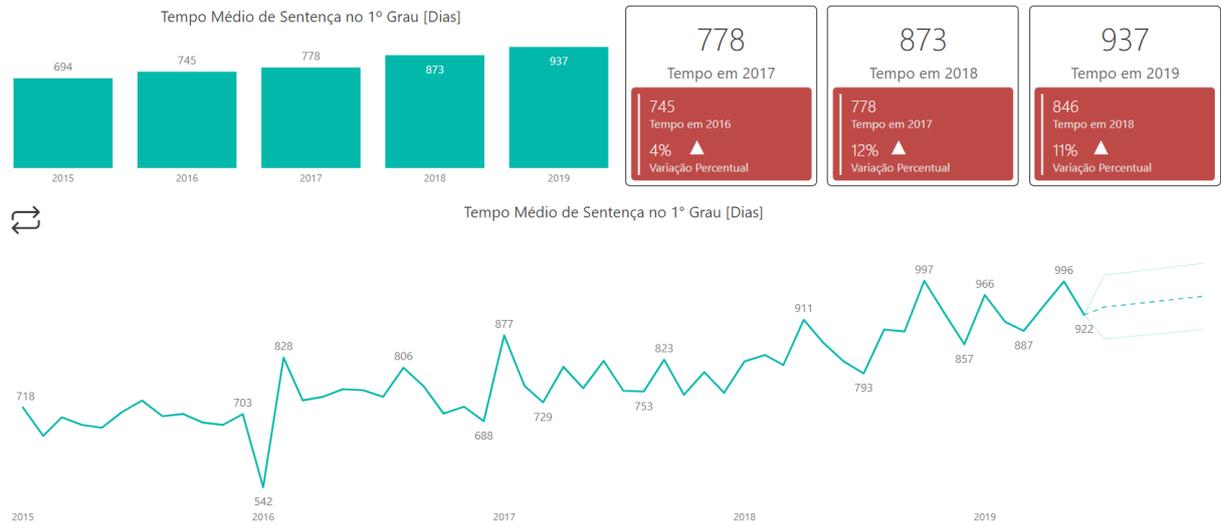


Objetivo Estratégico

SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA

Indicador

SE 1.3 – TEMPO DA SENTENÇA NOS PROCESSOS DE CONHECIMENTO DE 1º GRAU

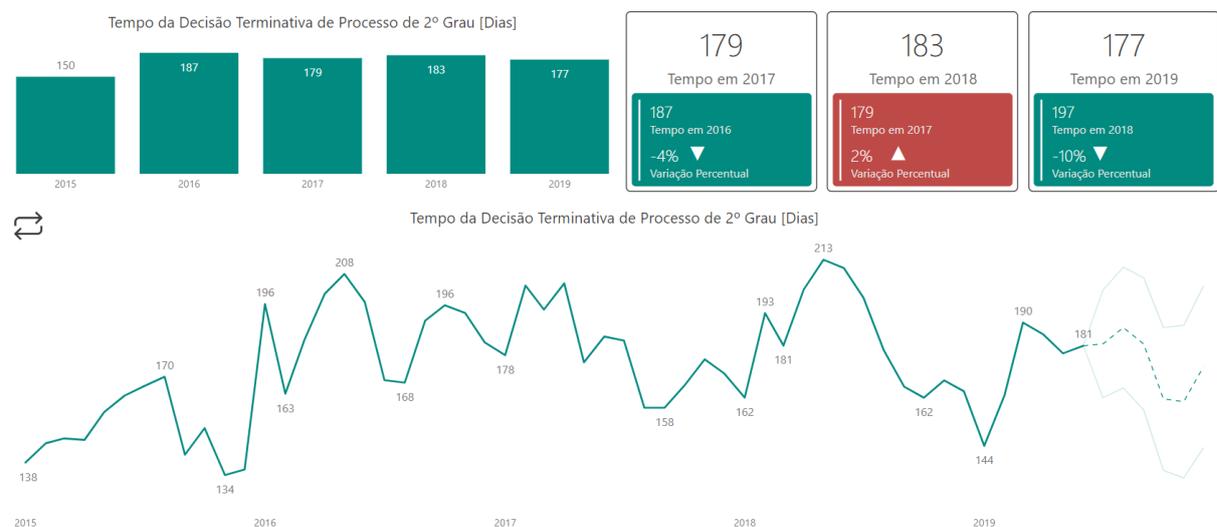


Objetivo Estratégico

SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA

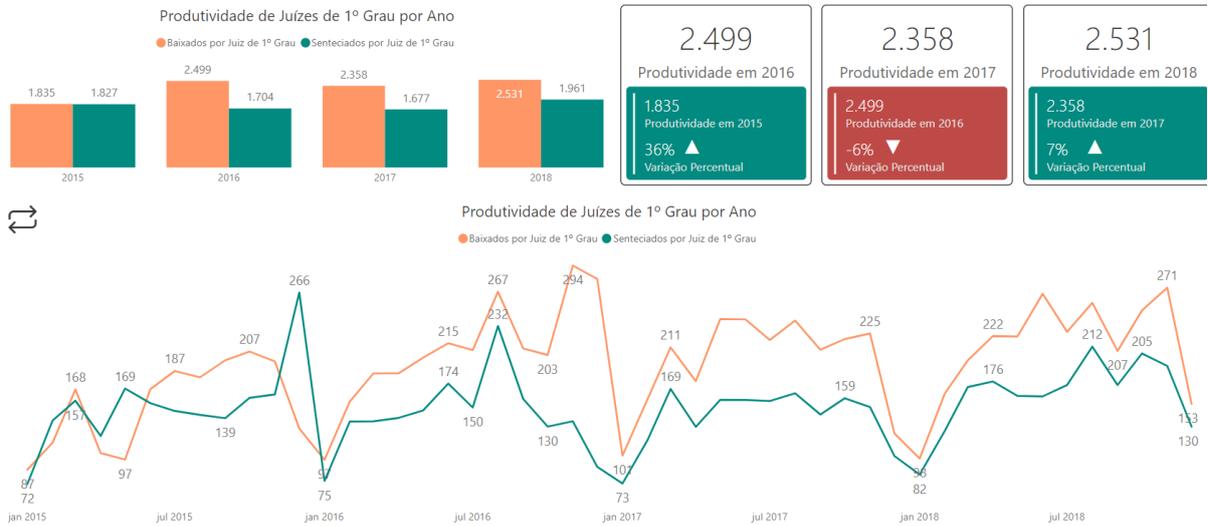
Indicador

SE 1.4 – TEMPO DA DECISÃO TERMINATIVA DE PROCESSO DE 2º GRAU



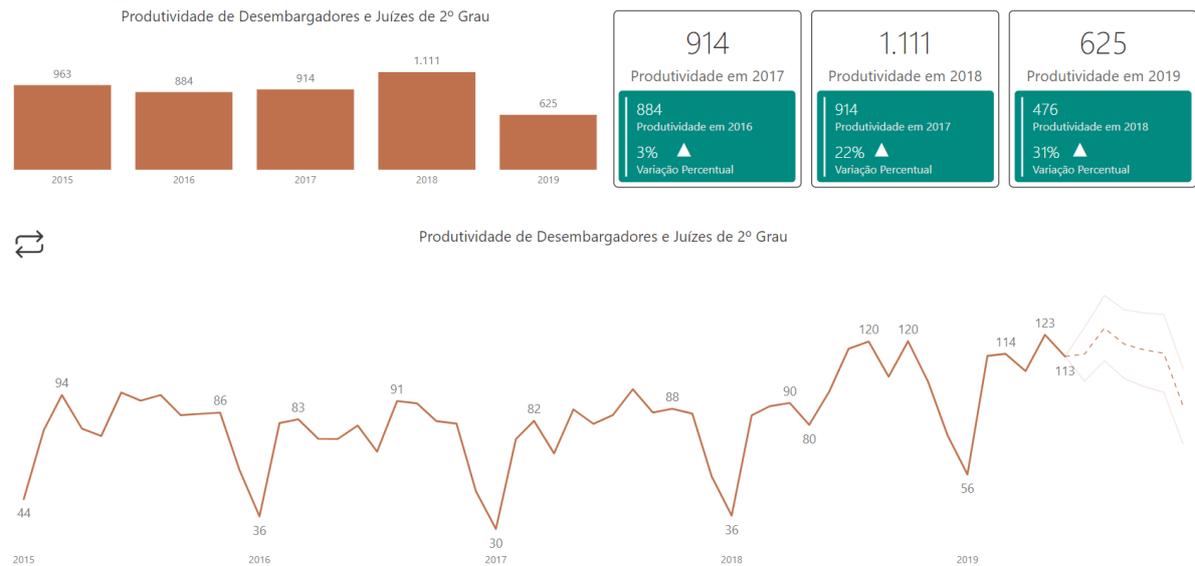
Objetivo Estratégico SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICCIONAL CÉLERE E EFETIVA

Indicador SE 1.5 – PRODUTIVIDADE DE JUÍZES DE 1º GRAU



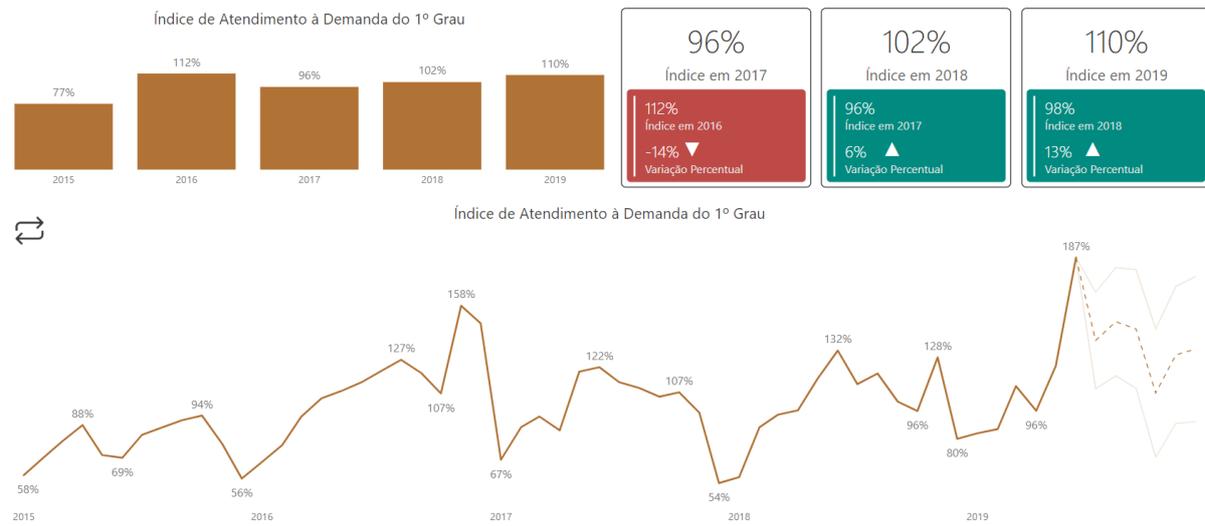
Objetivo Estratégico SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICCIONAL CÉLERE E EFETIVA

Indicador SE 1.6 – PRODUTIVIDADE DE DESEMBARGADORES E JUÍZES DE 2º GRAU



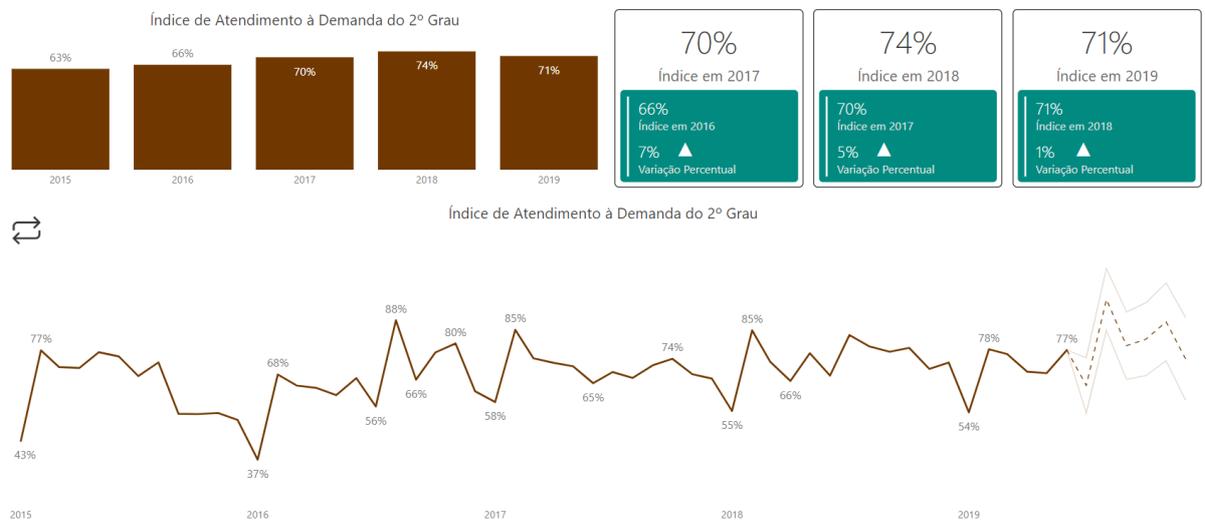
Objetivo Estratégico SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA

Indicador SE 1.7 – ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA DO 1º GRAU



Objetivo Estratégico SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA

Indicador SE 1.8 – ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA DO 2º GRAU



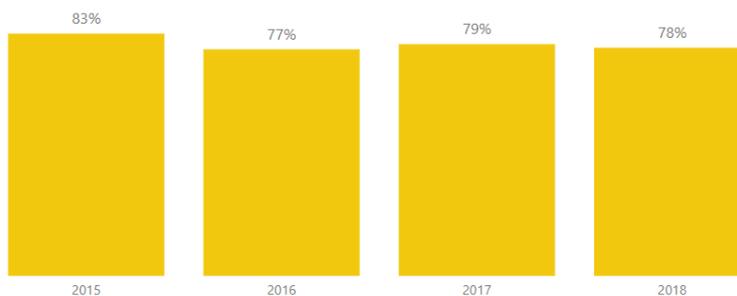
Objetivo Estratégico SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA

Indicador SE 1.9 – TAXA DE CONGESTIONAMENTO DO 1º GRAU

Indicador 1.9 - Taxa de Congestionamento do 1º Grau



Taxa de Congestionamento do 1º Grau



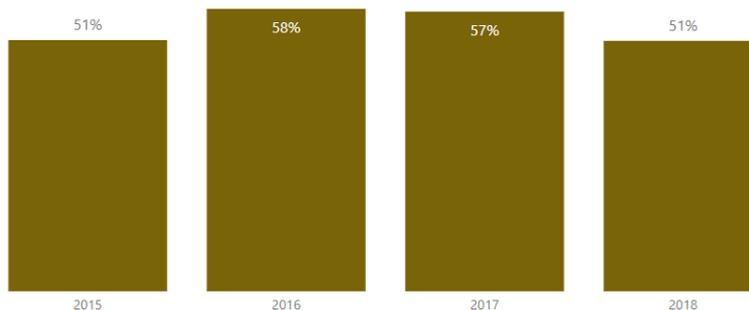
Objetivo Estratégico SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA

Indicador SE 1.10 – TAXA DE CONGESTIONAMENTO DO 2º GRAU

Indicador 1.10 - Taxa de Congestionamento do 2º Grau

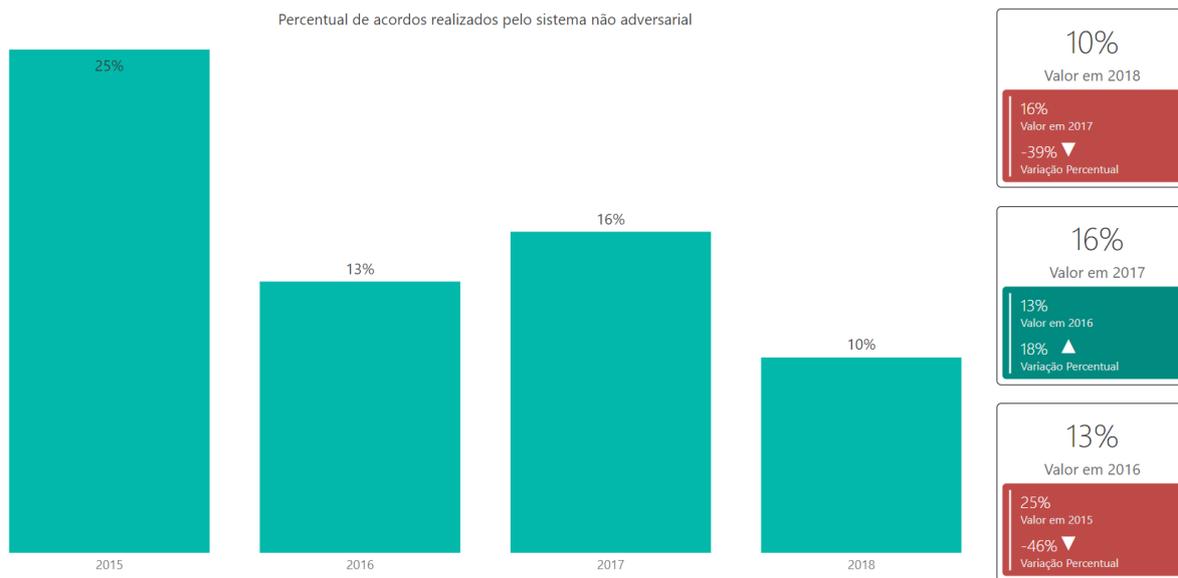


Taxa de congestionamento do 2º Grau



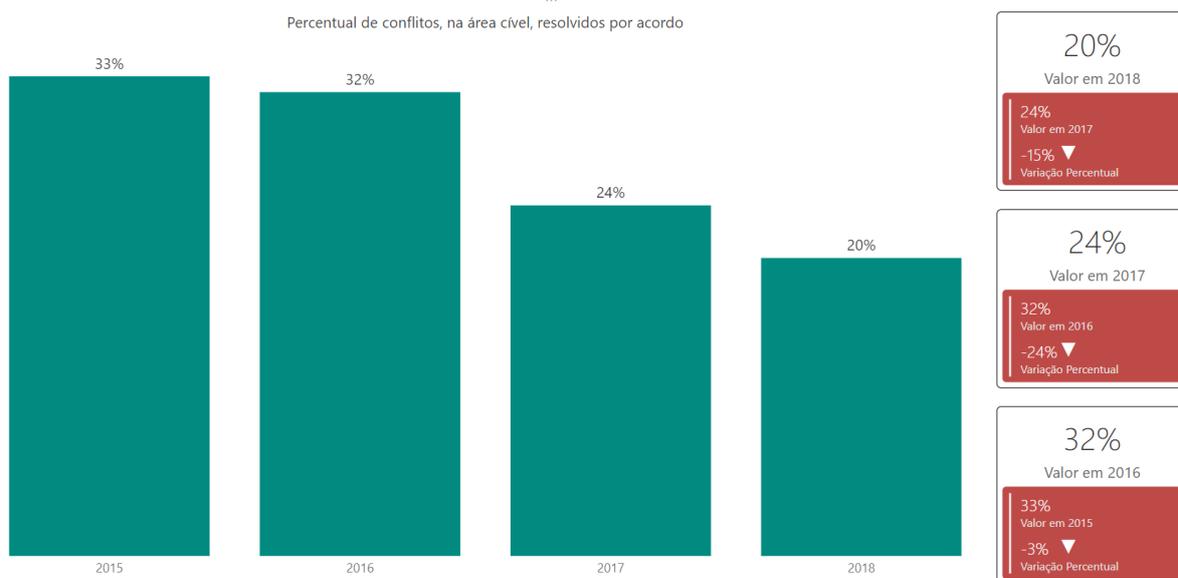
Objetivo Estratégico SE 2 – APRIMORAR PRÁTICAS AUTOCOMPOSITIVAS

Indicador SE 2.1 – PERCENTUAL DE ACORDOS REALIZADOS PELO SISTEMA NÃO ADVERSARIAL



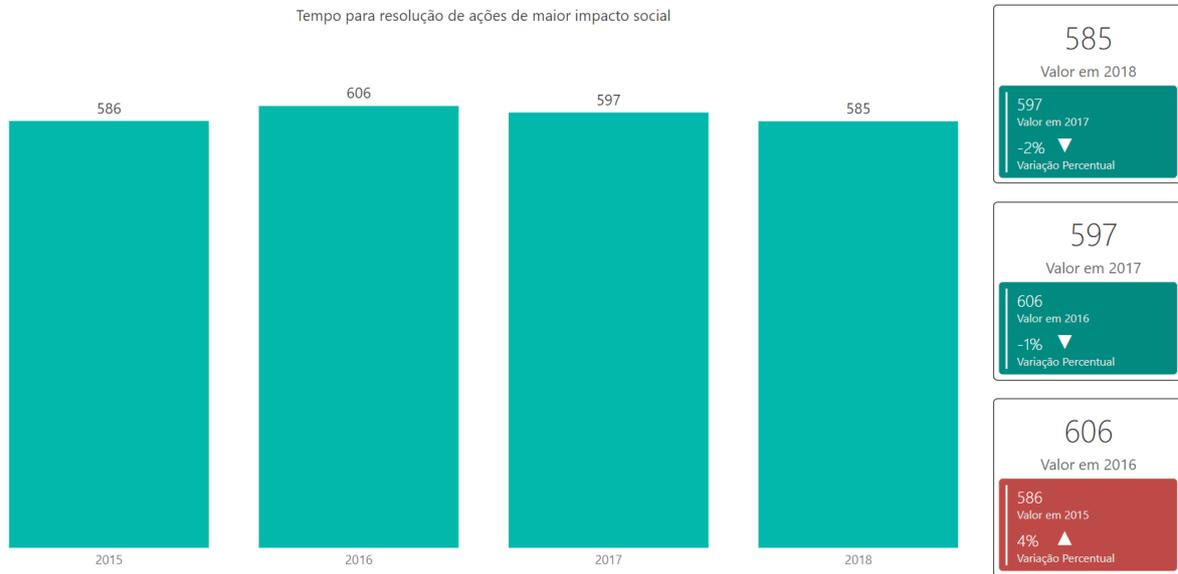
Objetivo Estratégico SE 2 – APRIMORAR PRÁTICAS AUTOCOMPOSITIVAS

Indicador SE 2.2 – PERCENTUAL DE CONFLITOS, NA ÁREA CÍVEL, RESOLVIDOS POR ACORDO



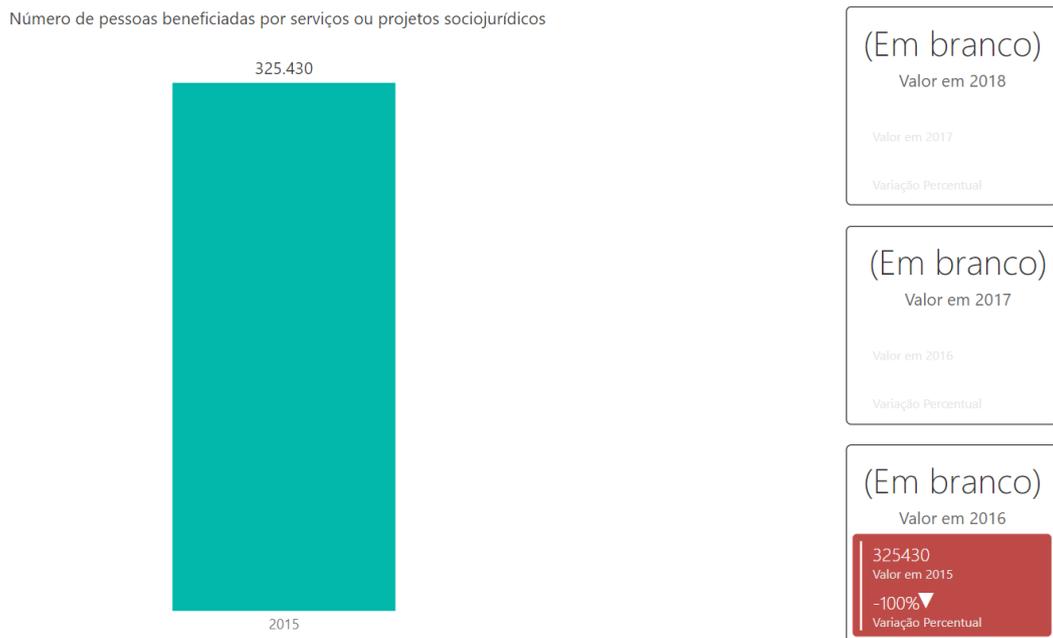
Objetivo Estratégico SE 3 – PROMOVER A CIDADANIA E INICIATIVAS DE VALOR SOCIAL

Indicador SE 3.1 – TEMPO PARA RESOLUÇÃO DE AÇÕES DE MAIOR IMPACTO SOCIAL



Objetivo Estratégico SE 3 – PROMOVER A CIDADANIA E INICIATIVAS DE VALOR SOCIAL

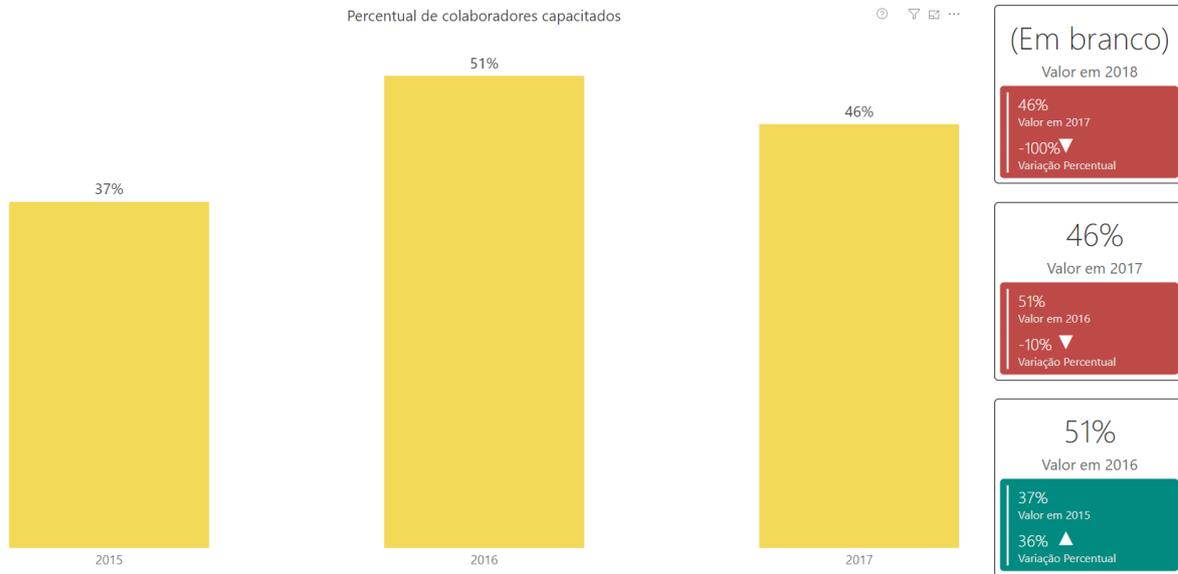
Indicador SE 3.2 – NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS POR SERVIÇOS OU PROJETOS SOCIOJURÍDICOS



3 Perspectiva Pessoas e Recursos – PR

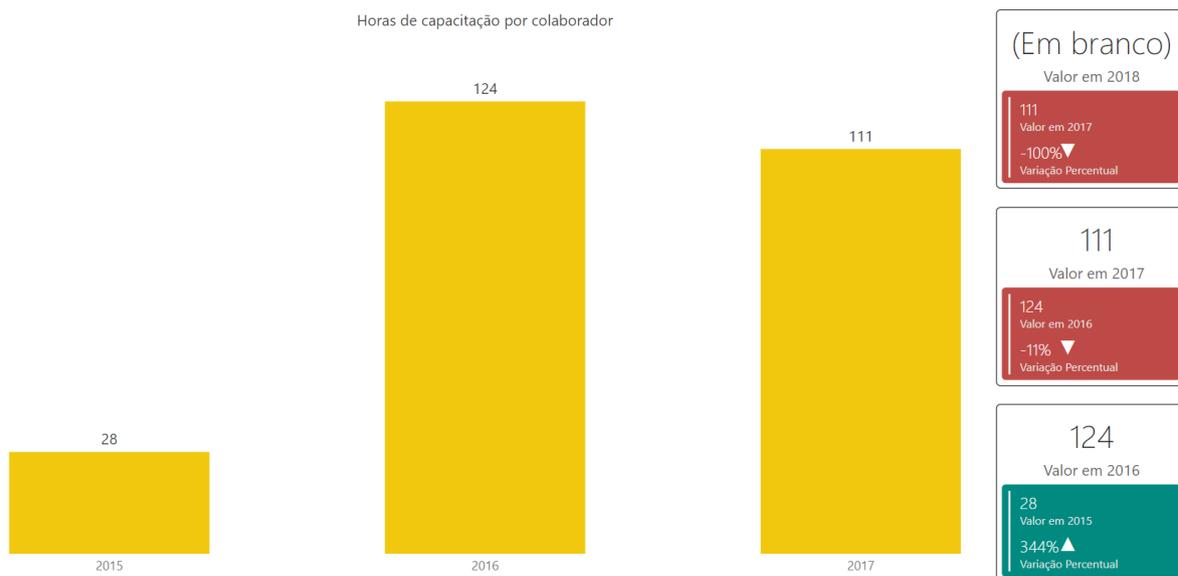
Objetivo Estratégico PR 1 – DESENVOLVER PERMANENTEMENTE CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES

Indicador PR 1.1 – PERCENTUAL DE COLABORADORES CAPACITADOS



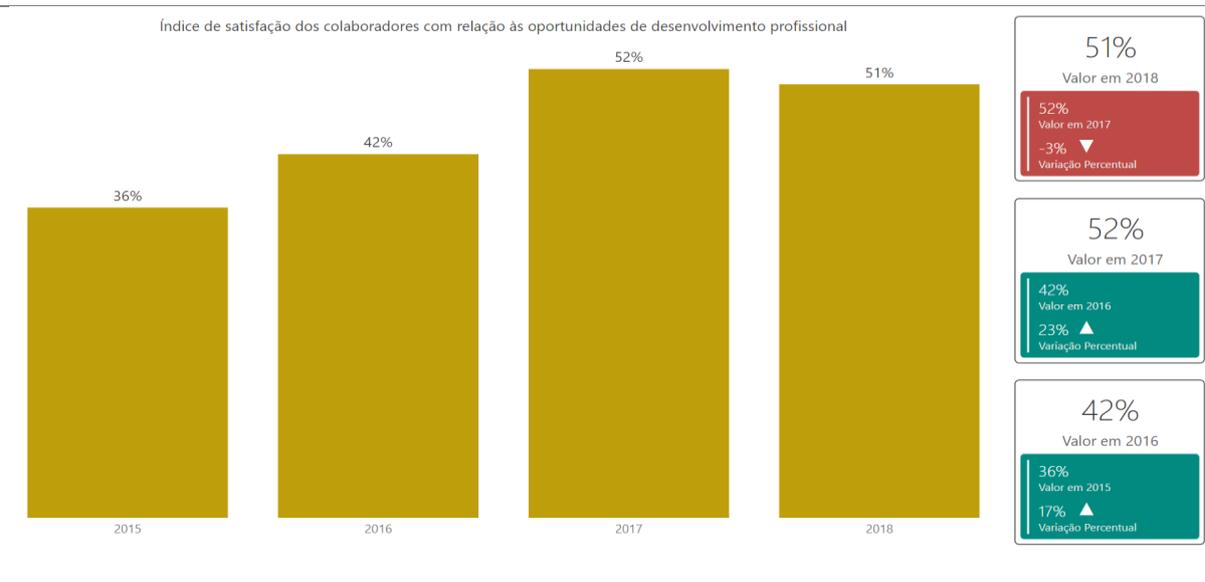
Objetivo Estratégico PR 1 – DESENVOLVER PERMANENTEMENTE CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES

Indicador PR 1.2 – HORAS DE CAPACITAÇÃO POR COLABORADOR



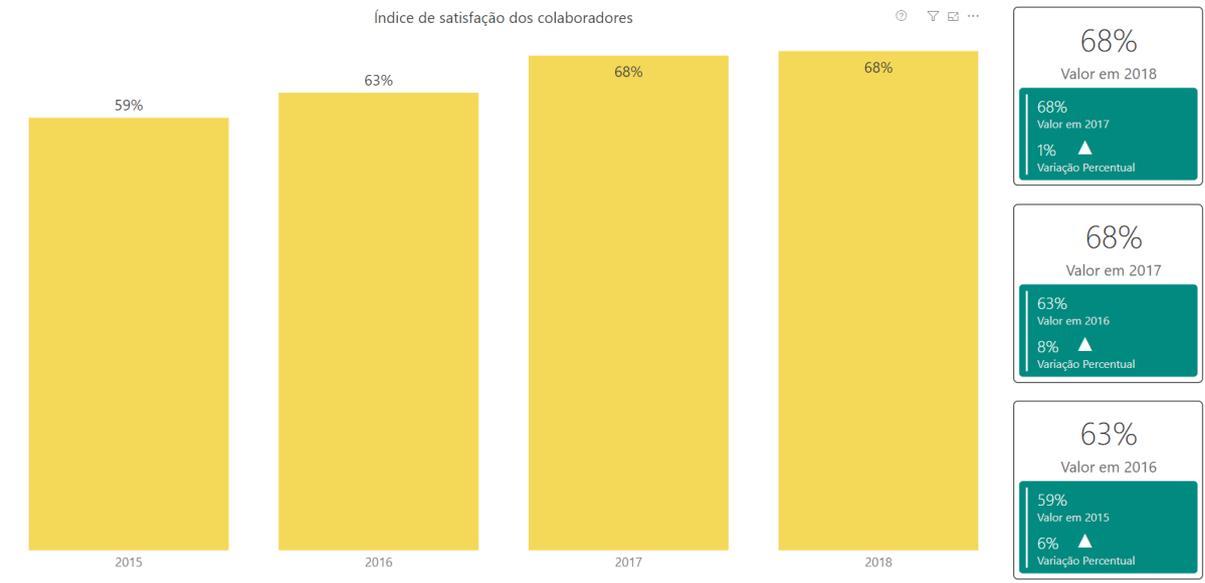
Objetivo Estratégico	PR 1 – DESENVOLVER PERMANENTEMENTE CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES
Indicador	PR 1.3 – ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA CAPACITAÇÃO
	Não disponível

Objetivo Estratégico	PR 1 – DESENVOLVER PERMANENTEMENTE CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES
Indicador	PR 1.4 – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES COM RELAÇÃO ÀS OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL



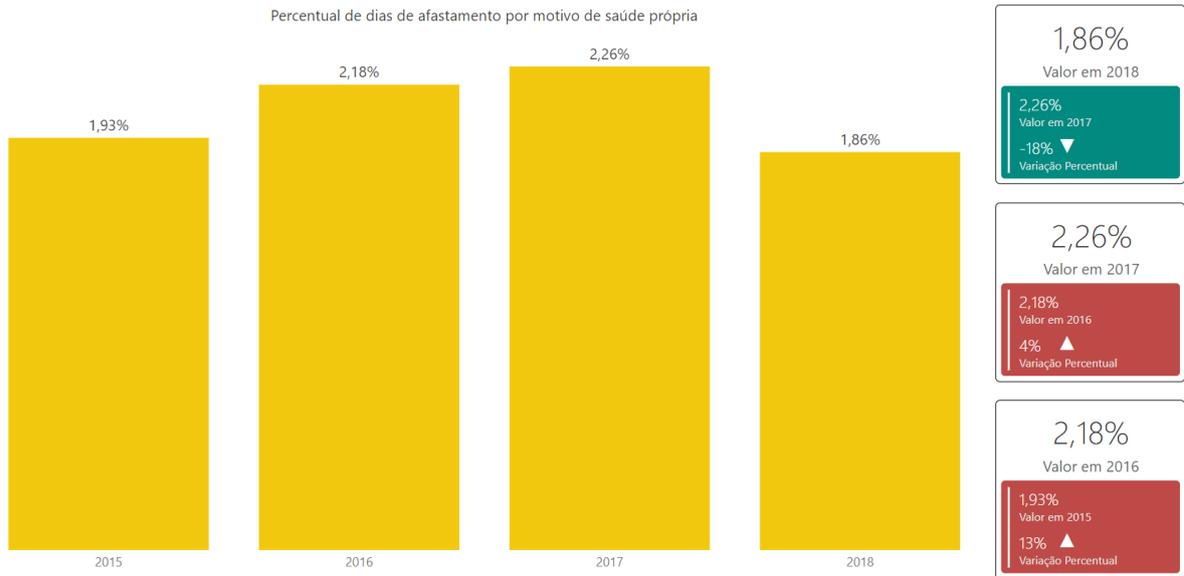
Objetivo Estratégico	PR 2 – FOMENTAR AÇÕES PARA A MELHORIA DA SAÚDE E DO CLIMA ORGANIZACIONAL
----------------------	--

Indicador	PR 2.1 – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES
-----------	---



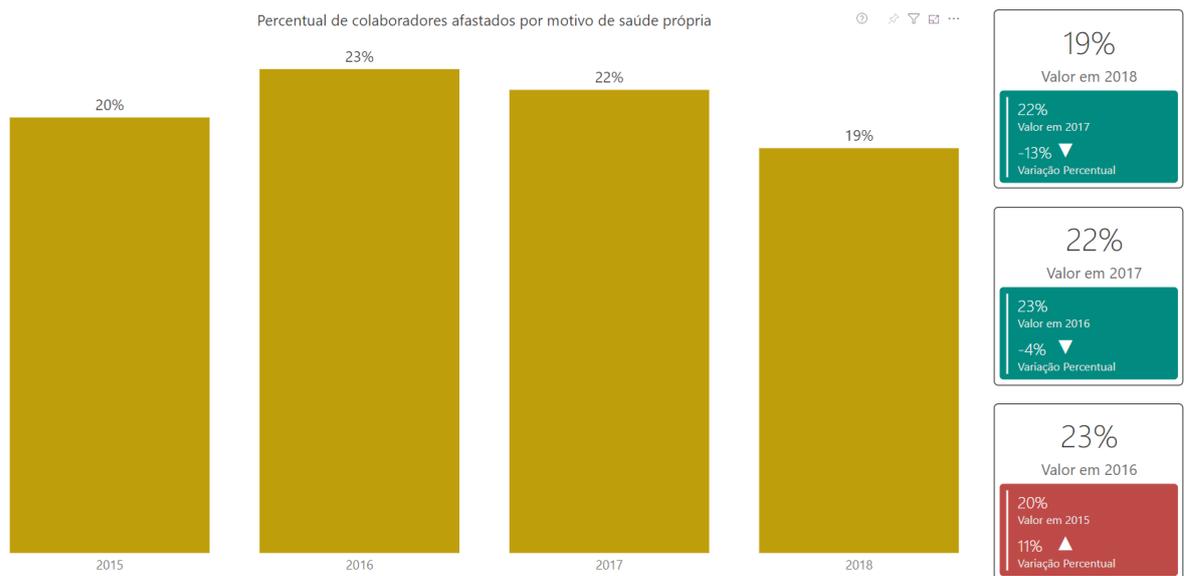
Objetivo Estratégico PR 2 – FOMENTAR AÇÕES PARA A MELHORIA DA SAÚDE E DO CLIMA ORGANIZACIONAL

Indicador PR 2.2 – PERCENTUAL DE DIAS DE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE SAÚDE PRÓPRIA



Objetivo Estratégico PR 2 – FOMENTAR AÇÕES PARA A MELHORIA DA SAÚDE E DO CLIMA ORGANIZACIONAL

Indicador PR 2.3 – PERCENTUAL DE COLABORADORES AFASTADOS POR MOTIVO DE SAÚDE PRÓPRIA

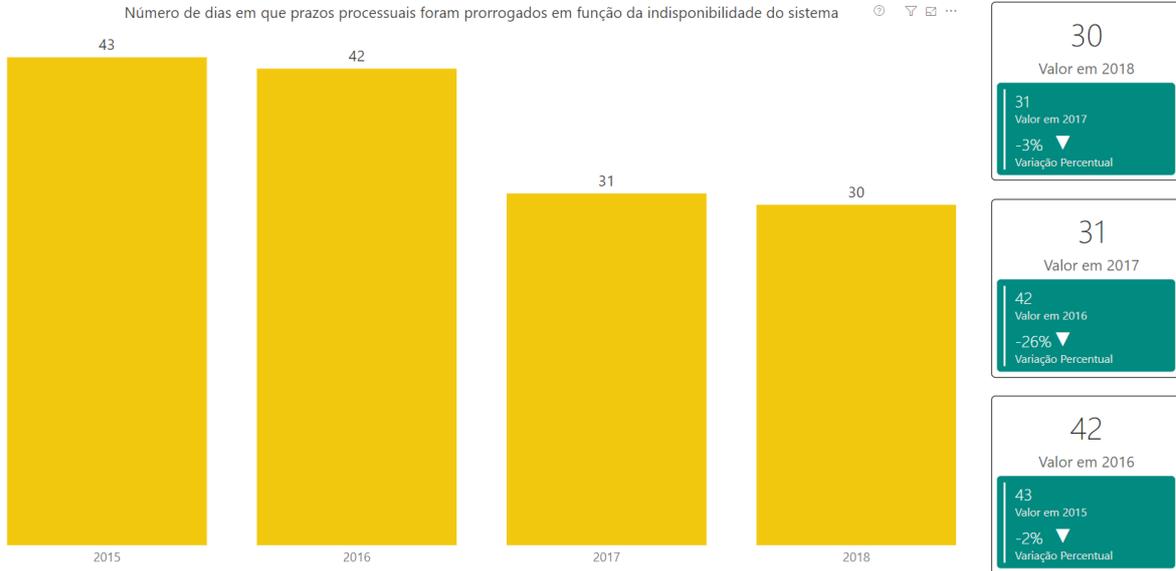


Objetivo Estratégico

PR 3 – ASSEGURAR SOLUÇÕES ADEQUADAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Indicador

PR 3.1 – NÚMERO DE DIAS EM QUE PRAZOS PROCESSUAIS FORAM PRORROGADOS EM FUNÇÃO DA INDISPONIBILIDADE DO SISTEMA

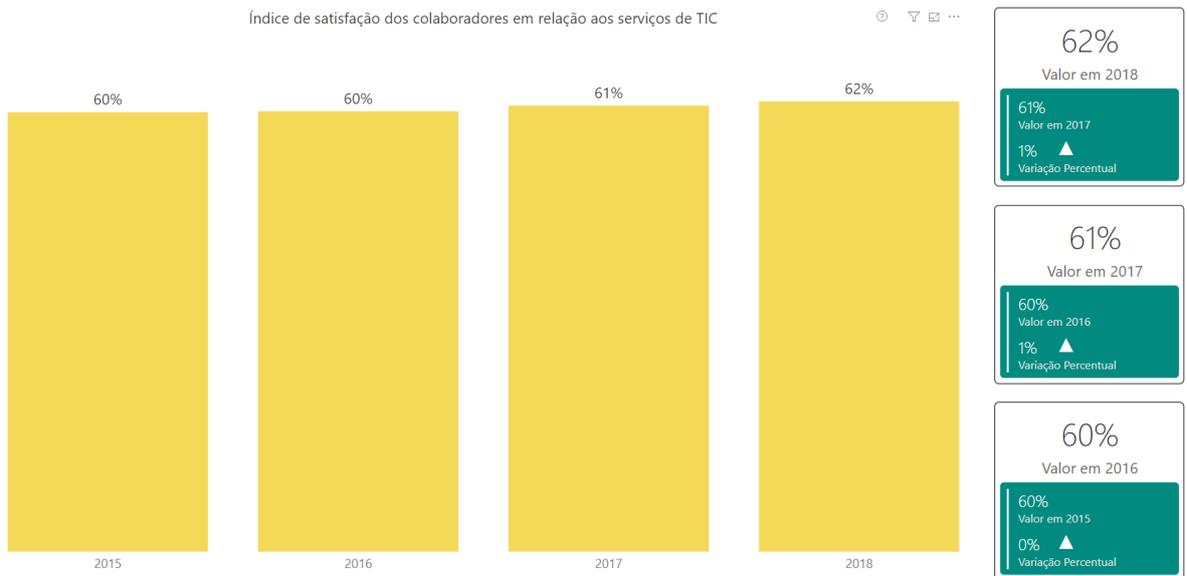


Objetivo Estratégico

PR 3 – ASSEGURAR SOLUÇÕES ADEQUADAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

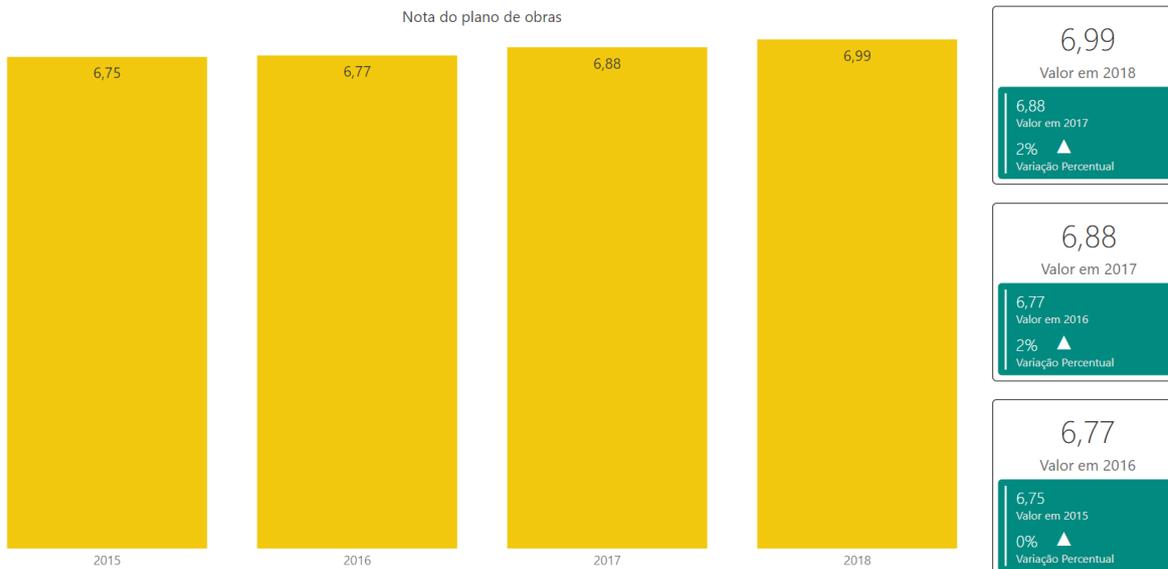
Indicador

PR 3.2 – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS DE TIC



Objetivo Estratégico PR 4 – GARANTIR INFRAESTUTURA ADEQUADA À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

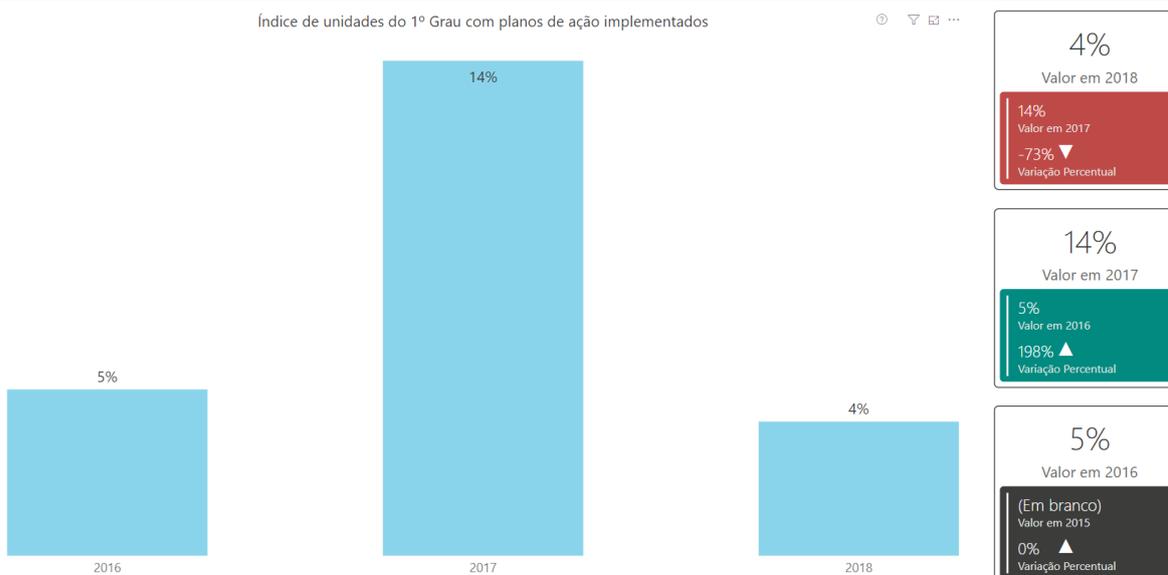
Indicador PR 4.1 – NOTA DO PLANO DE OBRAS



4 Perspectiva Gestão – GE

Objetivo Estratégico GE 1 – DISSEMINAR A CULTURA DO PLANEJAMENTO COM ÊNFASE NO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO ASSEGURANDO A GESTÃO PARTICIPATIVA.

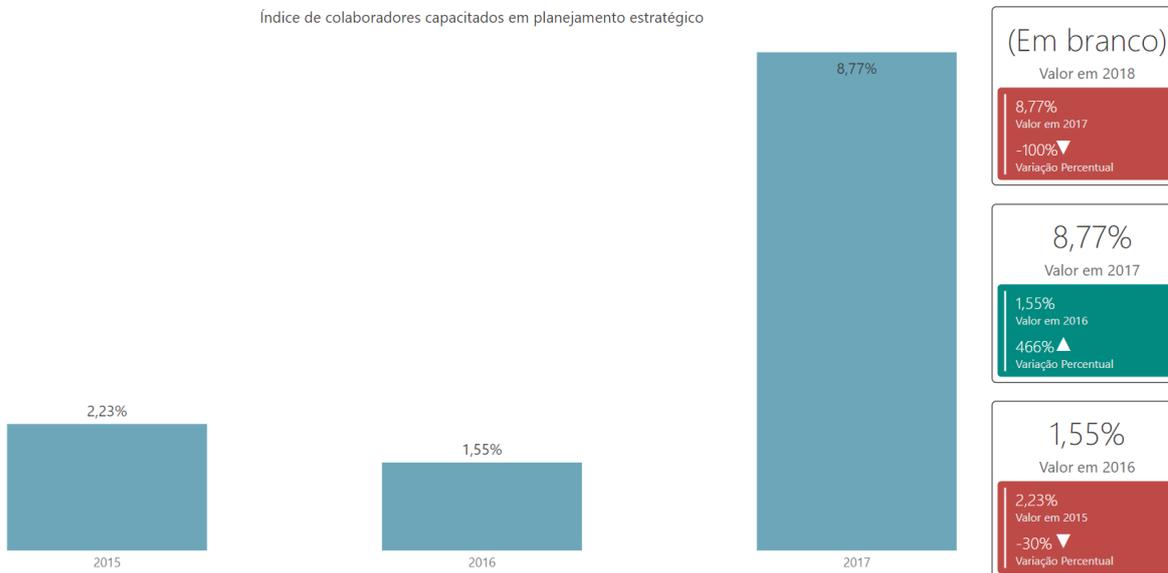
Indicador GE 1.1 – ÍNDICE DE UNIDADES DO 1º GRAU COM PLANOS DE AÇÃO IMPLEMENTADOS



Objetivo Estratégico GE 1 – DISSEMINAR A CULTURA DO PLANEJAMENTO COM ÊNFASE NO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO ASSEGURANDO A GESTÃO PARTICIPATIVA.

Indicador GE 1.2 – ÍNDICE DE COLABORADORES CAPACITADOS EM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

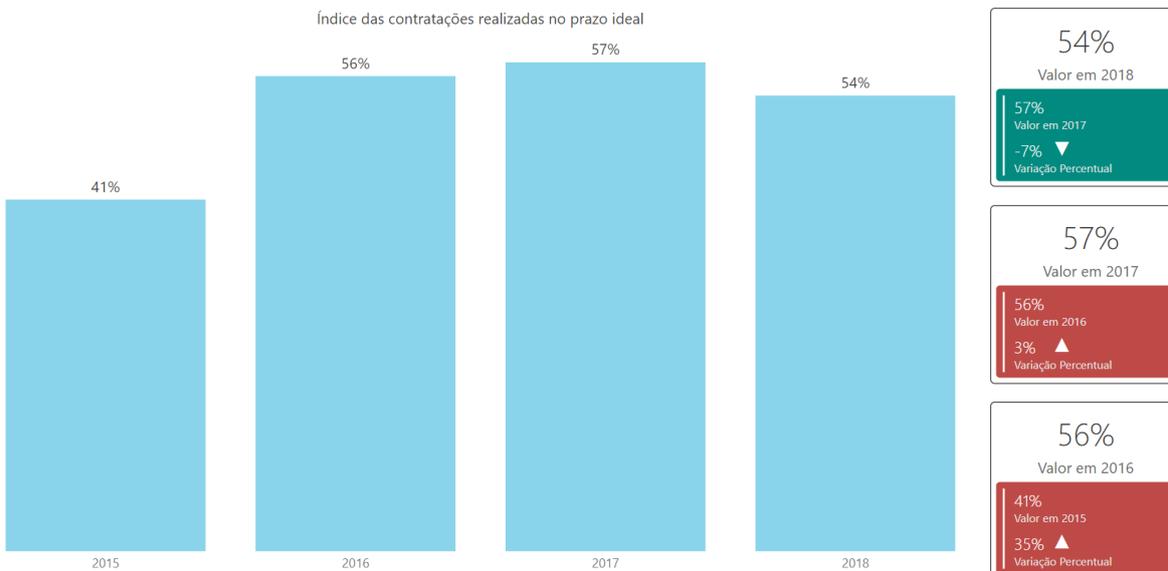
Índice de colaboradores capacitados em planejamento estratégico



Objetivo Estratégico GE 2 – OTIMIZAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS, ESTABELECIDO PRIORIDADES PARA A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA

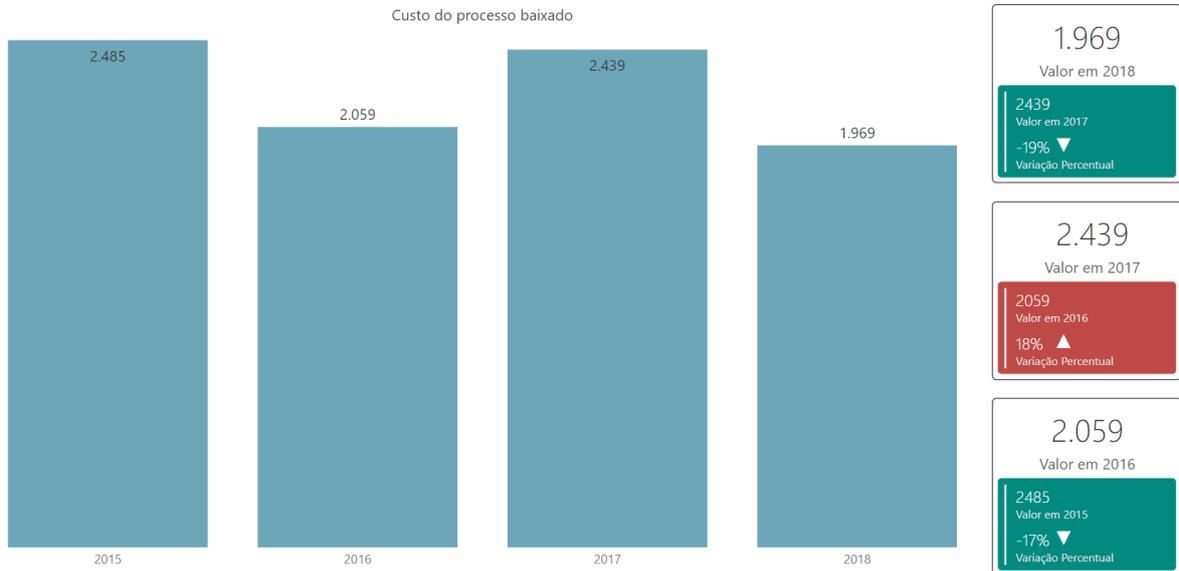
Indicador GE 2.1 – ÍNDICE DAS CONTRATAÇÕES REALIZADAS DENTRO DO PRAZO REFERENCIAL

Índice das contratações realizadas no prazo ideal



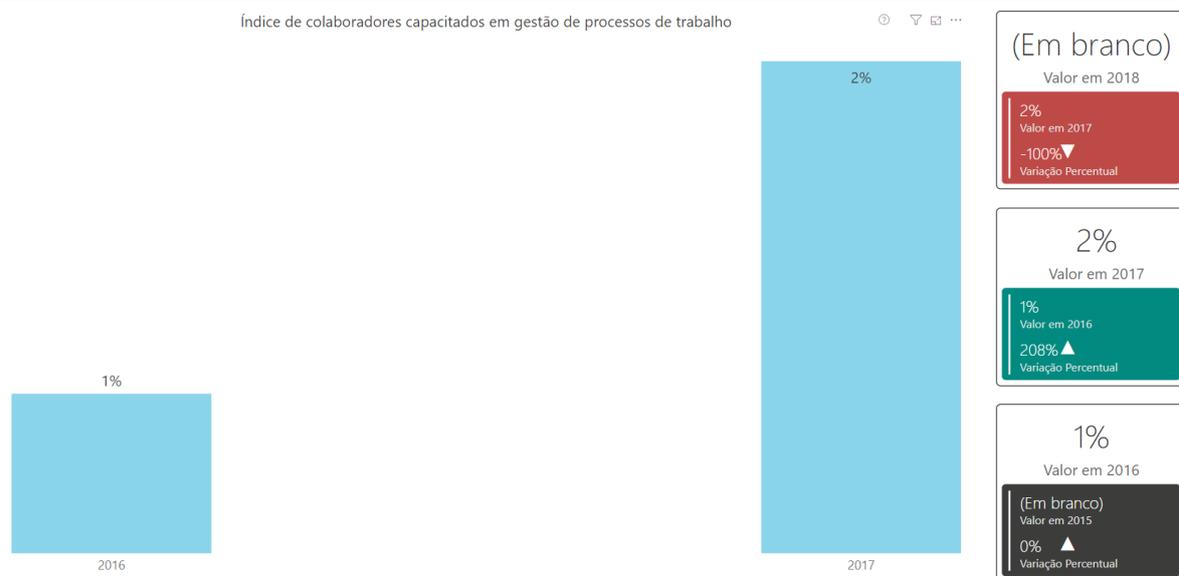
Objetivo Estratégico GE 2 – OTIMIZAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS, ESTABELECENDO PRIORIDADES PARA A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA

Indicador GE 2.2 – CUSTO DO PROCESSO BAIXADO



Objetivo Estratégico GE 3 – IMPLEMENTAR A GESTÃO POR DESEMPENHO E ASSEGURAR A MELHORIA CONTÍNUA DOS PROCESSOS DE TRABALHO

Indicador GE 3.1 – ÍNDICE DE COLABORADORES CAPACITADOS EM GESTÃO DE PROCESSOS DE TRABALHO



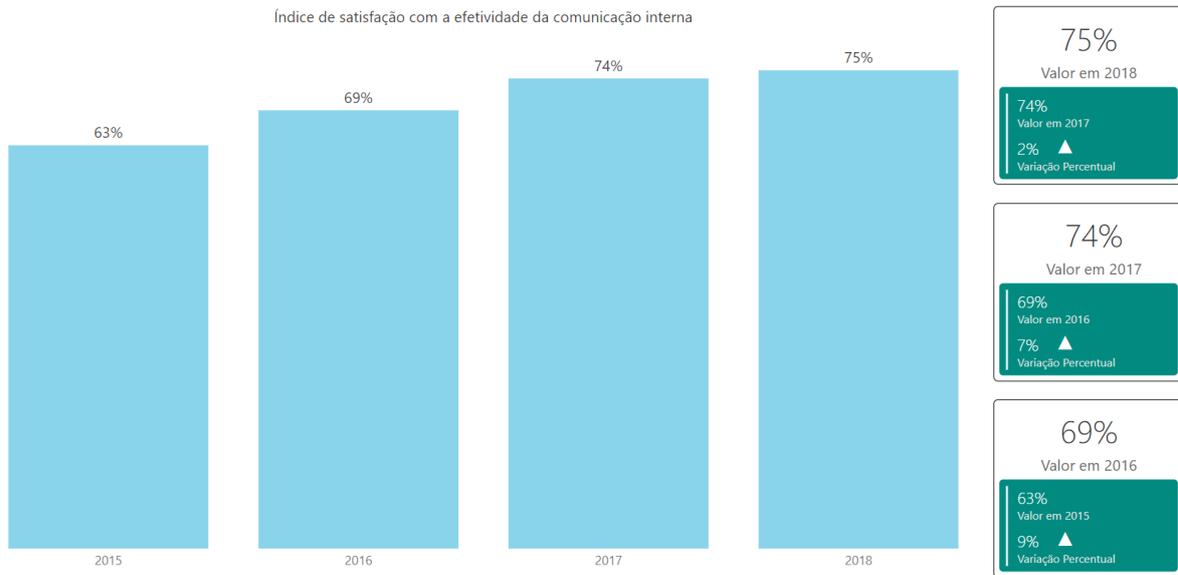
Objetivo Estratégico GE 3 – IMPLEMENTAR A GESTÃO POR DESEMPENHO E ASSEGURAR A MELHORIA CONTÍNUA DOS PROCESSOS DE TRABALHO

Indicador GE 3.2 – ÍNDICE DE MACROPROCESSOS MELHORADOS

Não disponível.

Objetivo Estratégico GE 4 – APERFEIÇOAR A COMUNICAÇÃO INTERNA

Indicador GE 4.1 – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO COM A EFETIVIDADE DA COMUNICAÇÃO INTERNA



Objetivo Estratégico GE 5 – CONCRETIZAR A GESTÃO DO CONHECIMENTO

Indicador GE 5.1 – ÍNDICE DE COLABORADORES CAPACITADOS EM GESTÃO DO CONHECIMENTO

